

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde

Rosana Soares de Lima Temperini

**O SERTÃO VAI VIRAR CAMPO: ANÁLISE DE UM PERIÓDICO
AGRÍCOLA (1930-1937)**

Rio de Janeiro
2003

ROSANA SOARES DE LIMA TEMPERINI

**O SERTÃO VAI VIRAR CAMPO: ANÁLISE DE UM PERIÓDICO
AGRÍCOLA (1930-1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. ROBERT WEGNER

Rio de Janeiro
2003

ROSANA SOARES DE LIMA TEMPERINI

**O SERTÃO VAI VIRAR CAMPO: ANÁLISE DE UM PERIÓDICO
AGRÍCOLA (1930-1937)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em outubro de 2003.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Wegner (orientador)
Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (membro)
Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz

Profª. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes (membro)
Universidade de São Paulo

Profª. Dra. Maria Rachel Fróes da Fonseca (suplente)
Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz

Rio de Janeiro
2003

T283c	TEMPERINI, Rosana Soares de Lima O Sertão vai virar Campo: análise de um periódico agrícola (1930-1937) / Rosana Soares de Lima Temperini. - Rio de Janeiro: 2003. 104f. ; 30cm. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2003. Bibliografia: f.97-102. 1. Agricultura - História. 2. Ciência – História. 3. O Campo. 4. Brasil. I. Título. CDD
630.981	

Dedico este trabalho a pessoas que são muito importantes para mim:

Meus tios, que compreenderam os momentos de ausência.

Aos meus queridos sobrinhos, Matheus e Tabata, pelos momentos que não pudemos brincar porque era hora de “trabalhar”.

Aos meus irmãos, Ronan, Raquel, Rosely e Ricardo.

A minha grande amiga professora Dr^a Sônia Maria Leite Nikitiuk.

A minha mãe, Oladir (querida e sempre companheira).

Ao meu marido, Marcelo, pelos momentos compartilhados.

Em memória de meu pai (a ausência é preenchida com a saudade)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas e instituições que direta ou indiretamente participaram da elaboração deste trabalho:

-Meu orientador prof. Dr. Robert Wegner, que de forma bastante competente conduziu esta pesquisa. Durante os dois anos do curso pude conviver e aprender muito com ele. Espero ter correspondido às suas expectativas.

-Aos professores Drs Luiz Otávio Ferreira, Flávio Edler e a professora Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes – com eles tive o primeiro contato com pesquisas na área de História das Ciências quando participei, como bolsista do CNPq, do projeto “As ciências e os Projetos Modernizadores no Brasil”. Este trabalho é um pouco fruto deste projeto maior.

-A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), que financiou a minha bolsa de mestrado.

-Aos professores e pesquisadores da COC: Maria Rachel, Nara Azevedo, Lorelai, Nísia, Marcos Chor, Gilberto, Jayme, Ana Beatriz Almeida (Bela), Simone Kropf, Wanda Hamilton, Dilene Nascimento.

- Aos professores da UFF Sônia Maria Leite Nikitiuk e Ubiratan Rocha

- Aos meus inesquecíveis amigos do Departamento de Pesquisa da COC: Gelson, Estela, Cláudia e Maria Cláudia.

- Aos funcionários da Biblioteca do Departamento de Arquivo e Documentação da COC.

-Aos meus amigos da primeira turma do Programa de Pós Graduação da COC: Renilda, Martha, Renato, Gisele, Paula, Fernanda, e Maria Regina pelos pequenos e grandes momentos que partilhamos ao longo destes dois anos.

-Aos meus amigos e companheiros de jornada: Mônica (minha eterna amiga), Filipe e Tatiane. Aos meus familiares Marcos e Alexandra, cunhados, e meus sogros Joercio e Clenilza. A todos os meus tios e primos.

- Minha mãe, Oladir, pelo apoio dado nas horas difíceis.
Meu marido Marcelo (meu grande companheiro de todas as jornadas)
A Deus, por mais esta etapa em minha vida.

*“A terra... em tal maneira é graciosa, que querendo-o
aproveitar dar-se-á nela tudo!”*

Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha citado pelo
engenheiro agrônomo Brasileiro F. Luz na revista *O
Campo*, 1931

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I - O Brasil Rural	17
1.1- Interpretações do Sertão	20
1.2- Cientistas e intelectuais e o projeto de modernização nacional.....	29
2 CAPÍTULO II - Projeto de Modernização agrícola: Análise da Revista <i>O Campo</i>	35
2.1- Divulgação científica: a ciência acessível	37
2.2 Tradição <i>versus</i> Modernidade	54
3 CAPÍTULO III - A Revista <i>O Campo</i> e as imagens da modernização: quando o SERTÃO passa a ser CAMPO	63
3.1- A missão da ciência agrônômica	66
3.2-O trabalho como vocação – o caipira que vira <i>farmer</i>	84
4 CONCLUSÃO	93
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
6 APÊNDICES	103

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o discurso de práticas científicas no Brasil. Elegemos como tema preferencial a contribuição de uma geração de cientistas que, a partir dos anos 1930, atuou na elaboração de projetos modernizadores para o sertão. Partimos da premissa de que não houve uma descontinuidade entre o discurso higienista de saneamento dos sertões das décadas de 1910-20 e as idéias de modernidade agrícola desenvolvidas a partir de 30. Ao mesmo tempo em que cobravam responsabilidade do Estado na promoção de saúde e educação no campo, cientistas e intelectuais assumiram o papel de promotores da modernização por meio da divulgação de seus conhecimentos. Tomamos a revista agrícola *O Campo* como objeto de análise por considerarmos que a mesma se inscreve num momento histórico onde se cristaliza no país um ideário moderno para a sociedade rural, insinuado desde a década de 20. Essa revista representou o ideal daqueles que se autodelegaram a missão de integrar o interior do país à nação. Nesse sentido, esses cientistas viam-se como promotores da modernização a partir da percepção de um passado colonial que influenciara o método de trabalho do homem do sertão. Com isso, observamos o ideário de construção de um novo homem do campo que, agora com saúde, deveria aprender a trabalhar com mais racionalidade. Este ideário estava, assim, voltado para a construção de um novo *ethos* cultural.

ABSTRACT

This study intends to analyse the scientific practices speeches in Brazil. We have chosen as main aspect, the contribution of a scientific generation that after the 1930s, worked on the elaboration of modern projects to the Brazilian sertão. We assumed that there was not an interruption between the hygienist's speech about sertão sanitation in the years 1910-1920, and the ideas of modern field from 1930s. While scientists and intellectuals asked for State responsibility on Health promotion and field education, they promoted the idea of the "modern", through the divulgation of their knowledges. We took the agricultural magazine *O Campo* as an analysing object, considering that it is into a historical time in which the country constructs modern ideas to the rural society, since the 1920's. This magazine represented the whole of ideas of those who had self-delegated the mission of integrate the interior of the country and the Nation. Then, these scientists had seen themselves as modernization promoters, from the perception of a colonial past that influenced the sertão men in the method of working. We observed, thereby, the ideal of constructing a rural new man, who, healthy now, should learn to work in a more rational way and in a new cultural ethos.

INTRODUÇÃO

As três primeiras décadas do século XX assistiram a consolidação do ideal de incorporação dos sertões ao contexto nacional. Durante os anos de 1910/1920 um amplo movimento de saneamento proclamava a doença como principal obstáculo ao desenvolvimento da nação e identificava o abandono por parte do poder público como responsável pelas endemias que assolavam a população do interior do país. Além disso, esse movimento de (re)descobrimto do sertão pôs fim aos pressupostos e preconceitos advindos do credo cientificista, baseado no determinismo racial e climático, que condenava o país à eterna condição de inferioridade.

A obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, foi vista como marco de referência para a geração de intelectuais e cientistas envolvida na campanha de saneamento do interior do Brasil.¹ Transmitindo a sensação de ser estrangeiro em seu próprio país, Euclides identifica o sertão como lugar do esquecimento e, ao mesmo tempo, como berço da nação, onde se desenvolveu a nossa verdadeira nacionalidade. E foi justamente olhando para este lugar esquecido pelo poder público, que cientistas e intelectuais das duas primeiras

¹ Dentre os vários trabalhos que abordam esta idéia podemos citar os seguintes autores: ABREU (1998), LIMA (1997), LEVINE (1995), ZILLY (1999), HOCHMAN (1998), além da coletânea de artigos publicada na revista *História Ciências Saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, vol. 5 (Suplemento), 1998.

décadas do século XX identificaram onde o descompasso com a civilização era mais evidente. Assim, desiludidos com o regime federalista da República Velha, os atores envolvidos no projeto de saneamento dos sertões assumiram a missão de recuperar e integrar o país e o homem do interior.

Nesse sentido, o movimento sanitarista tem sido retomado pela historiografia por ter representado um momento expressivo da luta pela incorporação do interior do país e também por defender o reconhecimento da aplicação de medidas sanitárias como responsabilidade do Estado.

Acreditamos que esse processo de formação de uma intelectualidade atenta à realidade brasileira, principalmente da população do sertão, permaneceu na agenda de cientistas e intelectuais na década de 1930. Ao longo deste trabalho identificamos esta continuidade temática de incorporação dos sertões que, além de apresentar propostas de saneamento, via na educação um meio de incorporação social e de mudança cultural.

Imbuídos do espírito modernizador, e em uma trilha muito próxima daquela aberta pelo discurso sanitarista, intelectuais e cientistas na década de 1930 procuraram valorizar a posse do conhecimento aplicável a fim de construir um “modelo ideal” de agricultor, que pode nos remeter à construção de um novo *ethos* cultural baseado no abandono das tradições.

O objetivo desta pesquisa é o estudo do discurso de práticas científicas no Brasil na década de 1930. Com isso, procuramos explorar o conteúdo da produção intelectual e dos discursos produzidos pelo editor e pelos colaboradores da revista agrícola *O Campo*, buscando compreender o processo de intervenção na sociedade agrária realizado por esses agentes sociais.

Essa revista foi criada, em 1930, por iniciativa de membros do Instituto Agrícola Brasileiro (IAB).² Sua publicação mensal tinha como objetivo

² Trataremos especificamente da fundação do IAB no capítulo 2.

expandir a ciência agropecuária no Brasil. Moldada nos gêneros dos magazines ingleses e americanos, essa publicação era destinada ao público leigo em geral, principalmente à população do campo. Entre os colaboradores das edições, figuram engenheiros agrônomos e cientistas de vários matizes vinculados ao campo científico e tecnológico, o que faz da revista também um espaço de comunicação social e de interação entre a atividade científica desenvolvida em alguns institutos de pesquisa biológica e agrícola e as demandas do setor agrário brasileiro.

A coleção do *O Campo* compreende um acervo que vai desde 1930 a 1952. Tendo sido lançado em 1930, esse periódico encontra-se impregnado pelo debate intelectual da época. Uma época de grande expectativa de renovação, de esperança por parte de intelectuais e cientistas de interferir na organização do Estado e implementar seus projetos na sociedade, tendo em vista o rearranjo político decorrente da Revolução de 30.

Durante as duas décadas em que foi editada, a revista *O Campo* abordou assuntos relacionados à implementação de técnicas no campo e a racionalização da produção. No entanto, o ano de 1937 marca uma nova fase do periódico, quando seus editores decidem não mais publicar em suas páginas biografias de pessoas pertencentes ao alto escalão do governo.³ À retirada de biografias de figuras do governo associam-se transformações na política brasileira, que culminariam com a implantação do Estado Novo e do regime autoritário do governo de Getúlio Vargas. Mesmo sem nos deter nestas mudanças editoriais correlacionadas a mudanças políticas, consideramos que podem demarcar o encerramento de uma fase da revista. É a este período de 1930 a 1937 que esta dissertação se dedica.

³ A citação abaixo exemplifica a nova orientação que é dada a revista *O Campo* a partir de 1937:

“(…) O público reconhece os nossos propósitos e o serviço valioso que estamos prestando à agricultura, além disso, reconhece a absoluta independência com que criticamos o que julgamos prejudicial aos interesses da lavoura. Varremos de nossas páginas estas intoleráveis e laudatórias biografias dos figurões poderosos. (...) O método a que nos acingimos tem evidentes desvantagens, porém deixa-nos satisfeitos com a nossa consciência”. (*O Campo*, Jan, 1937, p. 16)

Ao privilegiar o espaço rural para investigar a atuação dos cientistas e intelectuais procuramos trilhar caminhos distintos dos encontrados na literatura sobre o tema. Observamos que alguns textos que fazem referência ao contexto rural situam o discurso de cientistas e intelectuais como parte da manutenção do poder dos grandes latifundiários. É o que vemos, por exemplo, em Mendonça (1997),⁴ que identificou a aplicação da ciência como discurso do movimento ruralista, no qual o saber tornava-se poder capaz de transformar a natureza e os homens em objetos de dominação. Neste trabalho pretendemos algo diferente: analisar o papel da ciência no projeto de modernização agrícola enquanto instrumento de intervenção no sertão. Ao nosso ver, os cientistas envolvidos nesse projeto buscaram construir a necessidade de seus serviços no espaço agrário brasileiro, ao mesmo tempo em que viram a possibilidade de transformar a cultura fixa do homem do sertão, que trabalhava na exata medida de suas necessidades mais imediatas. É esta modernização que os cientistas da revista *O Campo* querem operar: a mudança de *ethos* do trabalhador rural em vista de uma mentalidade capitalista moderna.

O sertão, antes sinônimo de doença, passa a ser encarado como sinônimo de mudanças e de uma natureza que poderia ser dominada pelo produtor. Essa ênfase caracterizou o ideário de construção de um novo homem do campo. A fim de precisar a importância dos argumentos existentes na revista *O Campo*, introduzo a idéia de que, dentro desse panorama geral, faz sentido dizer que nas décadas de 10/20 se falava mais em “sertões” e, agora, em 30, se fala mais em “campo”, que seria o sertão mais integrado.

Este estudo insere-se no amplo movimento de análise da atuação de cientistas e intelectuais na implementação de projetos modernizadores no Brasil, e tem a intenção de contribuir para o entendimento de que a prática

⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

científica não está separada das questões sociais e políticas mais amplas. Compartilhamos da idéia de que a atividade científica é construída no social.

Como método priorizamos estudar nossa fonte em seu contexto histórico-político, valorizando a contribuição científica e sua inserção no social. Isto também justifica optarmos por não trabalhar com o segundo momento da revista, iniciado em 1937, pois este seria um processo de estudo demorado na medida em que teríamos que analisar as formas discursivas dos editores e colaboradores da revista no contexto significativamente diferente do Estado Novo.⁵ Apesar de instigante, tal abordagem ultrapassaria os limites desse estudo. Essa pode ser uma outra história e objeto de uma outra pesquisa.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos analisar as interpretações construídas acerca do sertão brasileiro. Trabalhando com os pares atraso/modernidade, sertão/litoral, autêntico/artificial buscamos recompor as principais descrições sobre a idéia de sertão. Feito isso, na segunda parte deste capítulo, tratamos de observar o lugar social do cientista no contexto da década de 1930. Sugerimos uma aproximação com a idéia de *intelligentzia* para explicar a atuação destes atores no processo de modernização agrícola.

O segundo capítulo é o momento de tomar contato com o objeto desta pesquisa: a revista *O Campo*. Através dos artigos publicados nesse periódico procuramos traçar uma reflexão sobre o imaginário modernizante do espaço rural dos anos trinta. Ao trabalharmos com a revista *O Campo*, percebemos uma série de referências que tratam da atuação de cientistas e intelectuais no processo de modernização agrícola. Esse processo não correspondia apenas à introdução de máquinas e técnicas no campo, e, sim, implicava no abandono da mentalidade rotineira do agricultor. A cultura do homem do sertão para esses intelectuais e cientistas está pautada no tradicional, como algo que

⁵ Julgamos provável que a revista *O Campo* se inscreva nas estruturas materiais e políticas que repercutiram tanto no ano de 1930 quanto no ano de 1937.

precisava ser modificado através de um projeto nacional de modernização agrícola. Para os colaboradores da revista *O Campo* não existia uma funcionalidade na forma do caipira trabalhar a terra, pois o mesmo destruía as matas e apenas trabalhava na exata medida de suas necessidades mais imediatas.

A idealização SERTÃO enquanto CAMPO é o tema do terceiro e último capítulo. Sob tal ótica, para identificar quem é o ator da mudança dos anos trinta que quer assumir a missão de integrar o sertão às novas condições que se impunham nesse período, procuramos traçar um breve contexto histórico sobre a constituição do ensino agrônômico no Brasil. Vale adiantar que muitas páginas de *O Campo* foram dedicadas aos debates em torno do tema. Diante deste quadro identificamos, a partir da idealização do caipira enquanto *farmer*, as imagens e valores que subsidiaram a construção da matriz discursiva dos articulistas da revista *O Campo*, qual seja, a mudança de *ethos* cultural baseada na valorização do trabalho como um fim em si mesmo.

Por fim, gostaria de mencionar que a percepção de modernidade trazia um novo conceito sobre a forma de pensar o sertão brasileiro. Nessa linha, os cientistas acreditavam poder valorizar o papel pedagógico da ciência através da divulgação de seus conhecimentos.

1 CAPÍTULO I - O Brasil Rural

“Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pelejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras frações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patricios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-lo três séculos...”⁶

Assim escreveu Euclides da Cunha na sua obra de maior repercussão, que adquiriu uma importância simbólica nos estudos que abordam o tema dos sertões, no pensamento social brasileiro. Ao descrever a paisagem bárbara dos sertões, Euclides inaugura uma fase no pensamento social brasileiro, quando aproxima seu ângulo de leitura da realidade nacional e aponta o total desconhecimento em que vivia a população do litoral com relação ao interior do Brasil.

⁶CUNHA, Euclides. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p.137-138

A partir daí, abandono e tradição tornaram-se temas que adquiriram relevância no debate sobre nacionalismo e construção nacional. Nas décadas de 1910/20, temos o movimento de (re)descoberta dos sertões, marcado pela atuação de médicos e sanitaristas envolvidos numa ampla campanha de saneamento, que “proclamava a doença como principal problema do país e maior obstáculo à civilização”.⁷ Para este grupo, a explicação sobre a indolência do homem do sertão pautada no determinismo racial e climático deveria ser rejeitada. Na realidade, fazendo dura crítica ao federalismo, estes atores reivindicavam a extinção das endemias rurais (consideradas um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da nação), através de ações centralizadas do Estado nacional no campo da saúde pública.

O movimento pela reforma da Saúde Pública na República Velha teve um papel central na reconstrução da identidade nacional, pois denunciava o “abandono” de muitos habitantes brasileiros e defendia a idéia de que sanear o Brasil seria uma tarefa obrigatória do governo.

Essa formação de uma intelectualidade atenta à realidade brasileira, principalmente à da população do sertão, constituiu-se um processo que se continuou na atuação de cientistas e de intelectuais da década de 1930. A nova conjuntura inaugurada com a Revolução de 30 abre espaço para o debate político e cria um ambiente de efervescência cultural para o encaminhamento do projeto de ação política que envolveu cientistas e intelectuais na construção do ideal de modernidade nacional. Independentemente de sua formação acadêmica, estes intelectuais e cientistas participaram do esforço de reconstrução nacional, com suas críticas e seus projetos.⁸

⁷ LIMA, Nísia Trindade & Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor & VENTURA, Ricardo (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. (p. 23)

⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi. (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980. (cf. p. 34)

Vale lembrar que em 1930 o Estado não tem uma definição política muito clara, e, em vista disso, os diferentes grupos políticos e intelectuais acreditavam ser possível interferir, através de projetos, na atuação do governo federal. Essa foi uma geração de indivíduos convictos de sua responsabilidade essencial na construção da nação, e, apesar de nem sempre compartilharem das mesmas concepções políticas, mostram-se de acordo quanto ao fortalecimento das funções do Estado. Além disso, impulsionados pela observação científica, estes atores procuravam exhibir o conhecimento da realidade nacional, bem como o preparo para agir sobre ela.

Empenhada na tarefa de auxiliar o Estado na construção da sociedade em bases racionais, e negando o liberalismo Republicano (incapaz de constituir a nação, pois estava voltado apenas para o litoral), a geração de intelectuais dos anos 10/20 e principalmente dos anos 30, assume para si a missão de transformação social e política da nação. Observamos neste contexto a ascensão da *intelligentzia* brasileira, vocacionada para intervir na sociedade nacional.

O objetivo deste capítulo é analisar as interpretações do Brasil no pensamento intelectual das décadas de 20/30, tomando como eixo referencial os pares sertão x litoral, atraso x modernidade, autêntico x artificial. Este eixo permite identificar a atuação do cientista enquanto ator social do processo de mudança cultural. Neste ambiente, a idéia de *intelligentzia* nos servirá de base para explicar a atuação destes indivíduos no contexto de modernização nacional, tendo em vista que a geração de intelectuais dos anos 20-30 considerou-se porta-voz da nação ao reclamar do Estado uma verdadeira autoridade e ação política.

1.1- Interpretações do Sertão

Entre as diversas abordagens que tratam do sertão brasileiro e da cultura caipira, a dicotomia entre o atraso e modernidade configura-se à luz do debate sobre mudança cultural e modernização agrícola. O sertão, quase sempre associado àquela região distante das povoações, é, também, freqüentemente caracterizado como território inexplorado.

Lúcia Lippi Oliveira nos lembra que, na literatura brasileira, o tema do sertão aparece sob três perspectivas: a primeira é expressa basicamente no romantismo, associado ao “paraíso”, lugar perdido, onde tudo era perfeito e cuja pureza original deveria ser mantida e apreciada. Afonso Arinos é apontado como principal figura desta vertente que se mantém no século XX.⁹

A segunda visão sobre o sertão o associa ao inferno: lugar distante, esquecido pelo poder público e espaço da barbárie. De acordo com a autora, Euclides da Cunha – apesar de ter uma explicação de ordem político-cultural do sertão – é um dos representantes mais expressivos desta imagem.

Por fim, o sertão foi concebido como uma espécie de purgatório, sítio de reflexão. Guimarães Rosa é representante desta vertente, pois percebe um sertão a ser desencantado e decifrado.

Destas três matrizes expostas por Oliveira, a que mais se aproxima de nosso enfoque é a visão do sertão como “inferno”. Este lugar, concebido como pólo de atraso, devido ao seu isolamento geográfico, é visto como algo distante da civilização. Ao ler a obra euclidiana, observamos que o sertão parece pertencer a um outro tempo: longe da “civilização” e afastado do litoral, o homem do sertão vive seu dia-a-dia tirando da terra proveitos para satisfação de suas necessidades mais imediatas. Neste lugar “especial”, Euclides identificou o tipo nacional mais característico do povo brasileiro, e,

⁹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. A Conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In : *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, Julho 1998. Suplemento, p. 195-215

num caráter de denúncia, também identificou a população do litoral como “civilização de empréstimo” transmitindo a sensação de ser estrangeiro em seu próprio país:

“(…) Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. **Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando em faina cega de copistas**, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras frações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios **mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa...**”¹⁰

Este caráter de denúncia presente na obra euclidiana influenciou o pensamento de muitos cientistas e intelectuais envolvidos no projeto de modernização e integração nacional. O sertão aparece como uma fronteira desconhecida da ciência, a ser integrada pelos projetos nacionais. No âmbito da dualidade entre artificial e autêntico, a representação geográfico-social do país refletia dois contextos: o Brasil do litoral e o Brasil dos sertões. Nestas duas representações articula-se o processo que reconhece no sertão a representação mais autêntica da nacionalidade.

No livro *Um Sertão Chamado Brasil*, Nísia Trindade Lima nos mostra o pioneirismo da sociologia euclidiana na elaboração de uma teoria sobre o Brasil.¹¹ Para a autora, a abordagem do sertão se dá a partir da idéia da “distância”. Identifica nas obras de Oliveira Vianna e Vicente Licínio Cardoso pontos de ressonância que podem ser apontados como denominadores comuns aos vários significados atribuídos à palavra sertão.¹² De acordo com Lima,

¹⁰ Cunha, op. cit, 1979, 138.

¹¹ LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ-UCAM, 1999.

¹² IBIDEM, idem. A autora assinala que durante o século XIX a definição mais corrente sobre a palavra sertão era aquela que o associava exclusivamente às áreas despovoadas do interior do Brasil, principalmente à região semi-árida do Nordeste. Outros autores ainda, priorizavam a atividade econômica e associavam o sertão à civilização do couro.

dentre os vários elementos que definem o sertão, é a idéia da distância em relação ao poder público e a projetos modernizadores que melhor caracteriza este ambiente. Neste sentido, a ambivalência entre litoral e sertão é referência na representação que intelectuais constroem sobre o Brasil. Nas palavras desta autora:

“sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com freqüência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro pólo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização”.¹³

A perspectiva realista do sertão compreende a vertente que via neste ambiente a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência nacional. As expedições ao interior do Brasil que tinham como objetivo valorizar o sertão enquanto espaço de incorporação aos projetos modernizadores corresponderam a um expressivo movimento de valorização do interior do país. Muitas dessas viagens tiveram início no Império e estiveram associadas a construção de ferrovias, expansão de linhas telegráficas, entre outras iniciativas.¹⁴ Talvez os maiores representantes desta categoria de pensamento sejam os intelectuais e cientistas da década de 1910/1920 envolvidos no movimento de saneamento e de (re)descoberta dos sertões.

De acordo com Hochman, o movimento sanitaria trouxe o sertão para perto do centro político do país, num momento em que as abordagens sobre a saúde pública no Brasil e as campanhas de saneamento denunciavam que a população do interior estava doente devido ao abandono do poder público em grande parte do território nacional.¹⁵ A força deste movimento pode ser

¹³ IBIDEM, idem, p. 60

¹⁴ IBIDEM, idem, p. 66

¹⁵ HOCHMAN, Gilberto. “Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República”. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, julho 1998. Suplemento, p. 217-235.

caracterizada nas construções simbólicas sobre o sertão, principalmente na visão determinista sobre o Jeca Tatu, na qual este personagem criado por Monteiro Lobato é caracterizado como um indivíduo indolente e incapaz para o trabalho:

“Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, inadaptável à civilização, mas que vive á beira dela. (...) Enscosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (...) Nada o esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se. (...) **Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!**”¹⁶

A ilustração desta crença corresponde à corrente de pensamento que acreditava que boa parte do povo brasileiro estava condenado por seu estoque racial e pelo clima tropical, que influenciavam na produtividade e mantinham a eterna condição de inferioridade nacional.

Na segunda metade do século XIX, as teses raciais e climáticas passaram a permear a agenda de vários teóricos poligenistas como Gobineau, Le Bon e Agassiz. Tais atores sustentavam a idéia de que a miscigenação levava ao atraso os países, tendo em vista que as raças humanas teriam tido origens distintas, e que, portanto, existiriam raças superiores e inferiores. Para Gobineau, por exemplo, se as raças possuíam origens incompatíveis e hierarquizadas, o intercâmbio entre as mesmas não poderia trazer progresso para as civilizações.¹⁷

Esta ambivalência possibilitou o pensamento acerca das versões negativa e realista da nação. No final do século XIX e no início do século XX, o eixo raça/ natureza via no sertão um tipo de civilização inculta, e incapaz para o trabalho. Um típico representante desta vertente foi Nina Rodrigues,

¹⁶ LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, literatura geral, 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. p 271/281.

¹⁷ Sobre as principais idéias destes teóricos é válido consultar: TODOROV, T. A raça e o racismo. In: *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

que identificava o sertão como lugar “dominado por uma população mestiça, infantil, inculta, em estágio inferior da evolução social”.¹⁸

Neste ambiente, o discurso de cientistas e intelectuais representou um dos pontos-chave para a redefinição das bases em que era pensada a nação. A abordagem de Lima & Hochman acerca deste movimento iniciado no Brasil da Primeira República nos remete à reflexão sobre o papel de cientistas e intelectuais na relação Estado/sociedade.¹⁹

Envolvendo cientistas, intelectuais e políticos, uma ampla campanha de saneamento denunciava a doença e o abandono da população como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da nação. Para este grupo, a explicação sobre a indolência do Jeca pautada no determinismo racial e climático, deveria ser rejeitada. Tratava-se de abordar as representações sobre o sertão, à luz da redefinição da nação, em termos de saúde e educação, negando-se a variável determinista por uma variável de intervenção política. Na realidade, o que estes atores reivindicavam era a remoção das endemias rurais, constatadas como principais males de degradação do homem rural.²⁰

Com isso, demandavam que os problemas de saneamento fossem enfrentados por meio de ações centralizadas, nacionais e autônomas, legitimando-se, a partir daí, o crescimento do papel do Estado brasileiro no campo da Saúde Pública. A bandeira de luta era a campanha do saneamento do Brasil, que fora impulsionada pelo impacto das viagens e descobertas científicas dos médicos e pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, e pelo debate nacionalista intensificado com a Primeira Guerra Mundial.²¹

¹⁸ Rodrigues, *apud* Lima, 1999, p.60

¹⁹ LIMA, Nísia Trindade & Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor & VENTURA, Ricardo (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

²⁰ LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999. (cf. p. 146)

²¹ De acordo com Lima (op. cit, 1997), as viagens realizadas pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz durante o primeiro período republicano contribuíram para compor um retrato das áreas do interior em que as

O sertão, agora, não é mais sinônimo de “inferno” mas de purgatório, pois para os cientistas e intelectuais envolvidos no projeto de integração do interior, este lugar deveria tornar-se ponto de passagem obrigatória das ações do governo. A construção de uma agenda de saúde pública para o interior buscou alcançar visibilidade nas ações políticas referidas ao mundo rural.

Para muitos intelectuais deste período, o federalismo foi um dos responsáveis pela situação de abandono do caboclo. No artigo citado, Lima & Hochman abordam a existência de debates que relacionavam a doença à sociedade e o papel do governo federal em relação à saúde pública. Destacam-se, neste contexto, as idéias de Belisário Penna. Em seus textos, o Brasil é apresentado como um país de doentes e analfabetos, vítimas do abandono e do descaso do governo. Para Penna, o formato federalista do governo republicano foi o responsável pela gravidade da situação nacional pois o Brasil estava dividido em pedaços e entregue aos governos locais. Muitas das mais importantes funções de governo eram exercidas pelos estados, que gozavam de ampla autonomia: “nas áreas fundamentais de educação, saúde e trabalho, a responsabilidade, durante a República Velha, era da competência quase exclusiva dos estados”.²²

A tônica deste princípio acabou privilegiando as oligarquias, fortalecendo o poder local e impedindo a nacionalidade. Cabia ao poder local o cuidado com a saúde da população, enquanto que ao governo federal cabiam ações no Distrito Federal. Nesse sentido, os intelectuais argumentavam que na Primeira República não se percebia sentimentos de nacionalidade no povo brasileiro, porque o federalismo gerou estados pouco integrados e a oligarquização da política conjugada com o princípio de autonomia acabou gerando ações mal sucedidas de atenção à saúde da

doenças eram identificadas como a característica básica da nacionalidade.

²² SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (p. 55)

população. Estes atores defendiam a idéia de que as necessidades sociais do Brasil exigiam esforço nacional e uma forte atuação do governo federal.²³

O impacto das idéias sanitaristas tiveram grande repercussão social nos jornais e meios intelectuais da época. O exemplo desta amplitude consiste na conversão de Monteiro Lobato, que, aderindo ao pensamento sanitarista, transforma o personagem Jeca Tatu, antes condenado por sua preguiça. Este novo ponto de vista encontra-se na epígrafe do livro *Problema Vital*, publicado em 1918, onde o escritor expressa seu pedido de desculpas ao Jeca: “O Jeca não é assim. Ele está assim”.²⁴

Agora, é o governo que é apontado como o responsável pela apatia e pelo atraso do povo, devido à descentralização das políticas públicas e ao descaso e abandono da população do interior. A doença é compreendida como resultado do abandono. Para estes cientistas e intelectuais, o governo deveria participar de ação conjunta, propiciando a incorporação das áreas rurais ao processo civilizatório.

Pensando no ideário cientificista que se intensificou dentre a intelectualidade brasileira nas três primeiras décadas do século XX, é possível identificar, na idéia de *pertencimento*, a atuação destes homens. Acreditamos que o sentimento de *pertencimento* a uma mesma identidade nacional serviu para dar sentido ao ideal de transformação nacional. Para a intelectualidade brasileira, a modernidade tinha um dilema maior que o político: acima de tudo seu caráter era social. Desta forma, grande parcela dos cientistas atribuía uma dupla tarefa ao Estado: assegurar a cidadania e garantir a modernidade.

Esta aspiração funda-se numa visão desenvolvimentista, marcada por imagens de modernização enquanto sinônimo de nação. Na década de 30, o

²³ cf. IBIDEM, idem, p. 59

²⁴ cf. LIMA, Nísia Trindade & Hochman, Gilberto. *Condenado pela raça...*, p. 32. Os autores assinalam como Monteiro Lobato, baseado nas descobertas do movimento sanitarista, reconstrói a imagem do Jeca Tatu em seu livro *Problema Vital* publicado no ano de 1918.

interesse por este processo serviu para dar sentido à construção do Estado e atribuir a ele grande importância no contexto de transformação social. A elite intelectual brasileira procurou demonstrar com muita perspicácia que estava preparada cientificamente para agir no processo de construção da nação.²⁵ Daniel Pécaut assinala que estes atores não solicitaram a mão protetora do Estado, ao contrário, mostraram-se dispostos a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais.²⁶

Para os intelectuais da década de 1930, o Estado deveria, além de fornecer ações de saúde, garantir a educação da população do sertão, a fim de que a mesma pudesse acompanhar a modernização do país. Assumindo uma vocação nacional, a atividade intelectual esteve associada à crença de que através da ciência se poderia fundamentar uma administração racional da sociedade. Muitos intelectuais buscaram se inserir na máquina burocrática do Estado, tornando pública sua “missão” e deixando claro que sua tarefa era promover a organização nacional.

Apesar de se sentirem “missionários” quanto ao projeto de integração nacional, vale lembrar que nem todas as correntes da intelectualidade brasileira se mostraram dispostas a articularem entre si a tarefa de organizar a sociedade. Este pensamento é válido quando nos remetemos à questão educacional nos anos 30. Neste período, a política educacional estava estritamente articulada a outras políticas sociais, como a da saúde. Prova disso, foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931.

Conforme assinala Carvalho, a criação do Ministério da Educação e Saúde inaugura espaços de poder na disputa pela implementação de programas políticos pedagógicos em torno da causa educacional.²⁷ Vemos

²⁵ Mota (1978); Pécaut (1990) e Werneck Vianna (1997)

²⁶ PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁷ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: *Memória Intelectual da Educação brasileira*/ Organização de Marcos Cezar de Freitas. 2ª ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série

ascender dois grupos que tentam definir sua posição dentro do regime Vargas: o dos católicos e o dos educadores reformistas.²⁸ Para os membros do primeiro grupo os programas pedagógicos do governo deveriam garantir uma educação doutrinária para a nação, embasados em princípios ético-morais. Alceu Amoroso Lima foi um dos representantes desta tendência e, em linhas gerais, procurava exaltar a finalidade espiritual da educação, “denunciando como materialistas aqueles que a interpretavam como um fenômeno social e que viam apenas na ciência o único fundamento para a sociedade”.²⁹

Já os pioneiros reformistas advogavam o ideário de uma educação técnica, principalmente para o nível secundário, e defendiam uma educação de caráter público. Entre os signatários desta vertente, Anísio Teixeira aparece como um ator de fundamental importância para afirmação dos ideais reformadores. Segundo Clarice Nunes, para Teixeira, o objetivo das escolas secundárias não era apenas a formação da elite intelectual, como propunha Francisco Campos, mas também a cultura e o trabalho deveriam ser unificados em todos os graus de ensino, principalmente no que dissesse respeito à criação de escolas técnicas secundárias.³⁰

Enquanto estratégia simbólica e política, havia concordância quanto à importância conferida à educação e ao seu papel de direcionar a constituição da nacionalidade. Mas a tarefa de organizar a nação condensava expectativas diferentes de intelectuais e cientistas empenhados em assumir uma postura científica na gestão dos problemas sociais.

Memória).

²⁸ Estes dois grupos foram gerados em meio ao processo de redefinição da Associação Brasileira de Educação (ABE), particularmente no momento de redefinição do campo educacional na IV Conferência Nacional de Educação, que culminou na publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Sobre este tema, cf: XAVIER, Libânia Nacif. *Para Além do campo educacional: Um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. Coleção Estudos CDAPH, Série Historiografia.

²⁹ IBIDEM, idem, p. 35.

³⁰ NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC-Rio, tese de doutoramento, 1991.

Podemos pensar que, na década de 1930, além da participação do Estado no projeto de integração do campo, os cientistas visavam propagar suas práticas científicas com o intuito de conduzir, em parceria com o Estado nacional, ações que incluíssem, não só atenção à área médica para o homem do sertão, como também a aplicação dos recursos científicos no campo. Realçar este aspecto no âmbito da história das ciências é analisar a concepção de ciência, revelando até que ponto a prática científica não está separada das questões sociais e políticas.

1.2- Cientistas e intelectuais e o projeto de modernização nacional.

As três primeiras décadas do século XX constituem um momento importante para pensarmos na atuação de cientistas e intelectuais no projeto de incorporação dos sertões. Acreditava-se que uma ampla atuação e difusão da ciência no sertão brasileiro permitiria a inclusão social da população do interior do Brasil. Esse processo, estimulado pelos cientistas da década de 1910/1920, não sofre descontinuidade no novo contexto político-social desencadeado a partir da década de 1930. Com a centralização do poder do Estado, o lugar do cientista na sociedade está intrinsecamente voltado para a reforma social.

É interessante ressaltar que a atuação dos cientistas enquanto transformadores sociais está ligada ao contexto no qual estão inseridos. Este tema é discutido em estudo de Marcelo Burgos, que, a partir da análise dos diferentes contextos nacionais, examina o lugar do cientista na sociedade.³¹ O

³¹ BURGOS, Marcelo Baumann. Os padrões de desenvolvimento institucional da ciência no país. In: *Ciência na Periferia: a Luz Sincontron Brasileira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999. p. 17-52

primeiro momento histórico abordado por Burgos compreende o período que vai do Império à República Velha. Segundo o autor, a ciência no início do século XIX ganha estímulo, no país, a partir de necessidades de caráter estritamente prático, relacionadas, em geral, a problemas militares ou econômicos.

A mudança deste quadro se dá a partir da década de 1870, na qual, no plano intelectual, a presença do positivismo marca os ideais de desenvolvimento científico nacional. Reformas do Observatório Nacional e do Museu Nacional, bem como a criação da Escola de Minas de Ouro Preto, foram as principais iniciativas tomadas pelo imperador em favor da ciência.

Na República Velha, Burgos assinala que, a exemplo do que ocorreu no Império, ainda prevaleceu no país um padrão pragmático de ação institucional, porém com contornos mais definidos pela mudança da relação Estado-sociedade. Neste contexto, ganha destaque particular os problemas ligados à agricultura e às doenças infecciosas.

A criação de instituições específicas para solucionar os problemas destas áreas foi de importância significativa nas campanhas contra doenças ou, até mesmo, de incentivo à modernização agrícola. De acordo com Burgos, a manutenção de tais instituições, que surgiram para resolver problemas emergenciais acabou dependendo da negociação e do caráter carismático de seus diretores.

Na década de 30, a ciência experimenta uma nova realidade nacional: com a centralização do poder do Estado, a área da ciência mais privilegiada foi a das ciências sociais, embalada pela crença na sua utilidade para o planejamento e administração racional da vida social. Assumindo para si a tarefa de promover a organização nacional, a geração de intelectuais deste período se sentia herdeira de uma missão política, desencadeada pela geração

de intelectuais dos anos 20, que, confrontando-se com uma República incapaz de constituir a nação, colocou-se disposta a recuperar a nacionalidade.

Segundo Daniel Pécaut, a geração de intelectuais das décadas de 20/30, não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, como divisou o lugar que naquele momento poderia ocupar dentro da nação. Para este autor, o que legitimava o poder do intelectual era a posse de um saber sobre o social e a capacidade de explicar as condições da organização da nação. Tais atores “não se situavam em um campo autônomo, com suas hierarquias e estratégias alicerçadas em critérios relativamente estáveis”.³²

Ao assumir a missão de transformadores sociais, estes atores buscavam, acima de tudo, a construção da identidade de um novo tipo de intelectual/cientista: aquele que intervém na sociedade através de seu conhecimento. Não se trata de abordarmos o papel destes intelectuais de forma harmoniosa, até porque, conforme já afirmamos, apesar de se mostrarem dispostos a intervirem no projeto de nação, nem todos compartilhavam das mesmas idéias. Knorr-Cetina afirma que a forma de organização e a interação dos agentes na produção do conhecimento científico devem ser verificadas nas percepções dos participantes dessa produção no seu contexto específico.³³

Uma linha de abordagem complementar para pensarmos sobre o panorama brasileiro consiste em analisar as representações sobre a incorporação dos sertões, tanto para a área das ciências sociais, quanto para a das ciências naturais. Acreditamos que os temas da saúde pública e das ciências sociais se complementam quando pensamos no mundo rural enquanto espaço de interação de discursos sobre o trabalhador do campo.

³² PÉCAUTop. cit., 1990, p. 34

³³ KNORR-CETINA, Karin D. Comunidades científicas o arenas transepistémicas de investigación? Uma crítica de los modelos cuasi-económicos de la ciência. *REDES*, Vol III, n. 7, Set. 1996, p. 129-160.

No caso da abordagem sociológica, a importância do discurso científico teve impacto no processo de construção da nação e na interpretação geográfica do sertão e do litoral. A produção de representações referidas às populações rurais, tal como aparecem nas obras de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, por exemplo, contribuiu para o pensamento acerca do papel das ciências sociais na política de construção do Estado e de suas instituições.

Como já afirmamos, no período do primeiro governo de Getúlio Vargas, as ações de cientistas/intelectuais estiveram articuladas ao projeto de integração e modernização da nação através da centralização do poder do Estado. Esta inclinação para reformas na sociedade, adotada por cientistas e intelectuais, como forma de inscrição na vida pública, dá visibilidade ao padrão *intelligentzia* proposto na concepção mannheimiana acerca da atividade do cientista.³⁴

Nos estudos sobre a formação da *intelligentzia* brasileira, verifica-se um relativo consenso de quão importante foi a questão da identidade nacional para a construção do argumento científico de intervenção na sociedade. Além disso, tais estudos verificam mudanças no estilo de trabalho intelectual, tendo em vista a ênfase da intervenção na sociedade.³⁵

Ao discorrer sobre o tema da institucionalização das ciências sociais no Brasil, com enfoque para a década de 1950, Luiz Werneck Vianna propõe a combinação da Sociologia da Ciência de Merton com a Sociologia do Conhecimento de Mannheim, a fim de identificar no estilo de trabalho dos intelectuais sua forma de atuação na sociedade. De acordo com Werneck

³⁴ MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. Na perspectiva clássica de Karl Mannheim, o intelectual realiza sua atividade num mundo em que se romperá o monopólio do saber e se democratizará o acesso ao conhecimento. Para o autor, são as condições sociais dos intelectuais que determinam a forma como eles produzem o conhecimento. Mannheim dá visibilidade ao padrão *intelligentzia* caracterizando-o como um padrão de organização da atividade intelectual na qual o grau de dependência ante os interesses e paixões sociais é sempre relativo à posição social de seus formuladores.

³⁵ Entre os autores que ressaltam este aspecto podemos citar os trabalhos de Lima (1999); Werneck Vianna (1997); Pécaut (1990); Hochmann, (1998) entre outros.

Vianna, os cientistas tinham em mente que uma ciência voltada para si mesma enfraqueceria neles a expectativa de exercer algum papel transformador. Nesse sentido, a vocação mertoniana, com suas comunidades científicas orientadas por um *ethos* próprio, precisava ser complementada pela *intelligenza* mannheimiana. Werneck observa dois modelos de atuação das ciências sociais no projeto de modernização nacional: o primeiro, que tinha na figura de Florestan Fernandes seu maior representante, propunha uma intervenção direta na sociedade, orientada para uma reforma ético-moral. No segundo modelo, representado por Guerreiro Ramos, a sociologia como reforma social favoreceria uma perspectiva de modernização que privilegiava o papel do Estado na mudança social provocada. Nestes dois casos específicos abordados por Werneck Vianna, os cientistas apresentam alguma afinidade com a teoria mertoniana de comunidade científica, mas a esta idéia deve ser associada a concepção mannheimiana de *intelligenza*. De acordo com Werneck, o recurso à sociologia visava a informação, pois na concepção dos cientistas e intelectuais, seria através da ação pedagógica do Estado que deveria emergir a nação.³⁶

Estabelecendo diálogo com a perspectiva de Luiz Werneck Vianna, é possível identificar nos estudiosos das ciências naturais pertencentes à década de 1930 uma inclinação para promover a “mudança social provocada”.³⁷ Apesar de pertencerem a comunidades científicas ou a diferentes instituições de pesquisa, estes cientistas acreditavam na possibilidade de interferir no social a partir de seus conhecimentos especializados.

Alicerçados em uma agenda de reformas sociais, os cientistas naturais, sob inspiração mannheimiana se inscrevem na vida pública em nome da

³⁶ WERNECK VIANNA, Luiz. A Institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.p. 173-221

³⁷ Esta expressão é utilizada por Werneck Vianna no artigo citado. Creio ser possível aproximar esta idéia ao contexto de atuação dos cientistas naturais da década de 1930, particularmente àqueles que através da divulgação de seus trabalhos viam a possibilidade de traduzir sua ciência em ações práticas.

mudança cultural, privilegiando o tema da modernização e incluindo dimensões que iam além da saúde pública, tais como: educação, organização da produção e ensino de técnicas para o trabalhador rural. Nesta perspectiva, mais do que privilegiar o papel do Estado na mudança social, expressavam sua vocação de intervenção direta na sociedade, através da divulgação de seus conhecimentos na imprensa periódica.

Entendemos que estes atores devem ser compreendidos como agentes da modernização que, a partir de seus conhecimentos técnicos, buscavam mobilizar a ciência pela modernização da base econômica do país. Dentro deste contexto, é possível estabelecer a relação entre ciência, Estado e sociedade, para analisarmos o ideário de construção de um novo homem do campo, baseado na construção de um novo *ethos* cultural.

Com essas referências, nossa hipótese é de que, no contexto específico que nos propomos estudar, existiam duas formas de intervenção dos intelectuais no contexto social: a primeira tinha um caráter mais indireto, na medida em que o Estado era o lugar de mediação para implementar a ação científica; a segunda possuía um caráter mais direto pois através da divulgação dos conhecimentos científicos em revistas voltadas ao público leigo, os cientistas acreditavam poder transformar o mundo agrário.

Nos primeiros anos da década de 1930, uma das motivações da atividade científica era criar condições para aplicação da ciência e, conseqüentemente, modernizar o sertão. Tomemos como exemplo a revista agrícola *O Campo*, que carrega marcas da visão de ciência predominante neste período no que se referia à incorporação do sertão. Neste ambiente, o Estado era visto como um dos responsáveis pela dinamização entre ciência e modernidade, e o cientista era o reformista que pensa a modernização a partir de sua visão sobre civilização.

2 CAPÍTULO II - O Projeto de Modernização Agrícola: análise da revista *O Campo*

A Partir do século XIX e início do século XX, os periódicos científicos ocuparam um lugar de destaque no que concerne ao desenvolvimento da ciência no Brasil. Tal prerrogativa advém de uma intensa atividade desenvolvida pelos institutos de pesquisa, que, “subordinados ou não à administração pública, foram os primeiros centros de pesquisa de alto nível realizado por equipes de cientistas brasileiros”.³⁸

Particularmente, a cristalização da divulgação científica através de periódicos especializados representou uma nova organização dos grupos que publicavam seus trabalhos nestas revistas. Para além da esfera do instituto ou do laboratório, a pesquisa experimental passou a ser divulgada entre os diversos institutos nacionais e estrangeiros, propiciando uma forma institucionalizada da ciência.

Essa forma de publicação das investigações científicas representou uma inovação e, em determinados casos, o fortalecimento de várias comunidades e instituições voltadas ao desenvolvimento de pesquisas em diversos ramos das ciências. De acordo com Vessuri, “a investigação científica que não está publicada não existe”,³⁹ portanto, as instituições científicas só podem se

³⁸DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Institutos de Pesquisa Científica no Brasil. In: FERRI, Mario Guimarães & Motonhama, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo, ERU, VOL. 3, 1981. 343-379

³⁹ VESSURI, Hebe Maria. La Revista científica Periférica. El Caso de Acta Científica Venezolana. In

afirmar na medida em que os trabalhos de seus pesquisadores são publicados e avaliados pelos seus pares. É neste sentido que vão se tornar um imperativo institucional de ciência através do intercâmbio científico escrito.

Ao estudar os aspectos de evolução da ciência, Robert Merton assinala que as sociedades e academias científicas do século XVIII foram decisivas para a invenção social do periódico científico, que começou a ocupar um lugar cada vez mais importante no sistema de intercâmbio científico escrito, limitado até então a cartas, folhetos e livros.⁴⁰ Publicando desde informes de experimentos e descobertas importantes para ciência até a necrologia de pessoas famosas, os periódicos tornaram-se fontes expressivas, e foram amplamente reconhecidos no meio científico.

Uma das particularidades dos movimentos científicistas no Brasil foi a publicação de revistas especializadas cujos objetivos era a divulgação de trabalhos científicos. Um bom exemplo deste contexto é o caso do periodismo médico científico no Brasil. O momento inicial do movimento de publicações médicas corresponde ao próprio início do processo de institucionalização da medicina no Brasil desencadeado na primeira metade do século XIX. Conforme assinala Luiz Otávio Ferreira, os periódicos médicos foram uma das primeiras instituições científicas brasileiras, tornando-se expressão de movimentos responsáveis por iniciativas pioneiras no campo da medicina e da ciência nacional.⁴¹

O recurso a revistas científicas como instrumento informativo revelou-se fundamental para disseminação de práticas do universo da ciência. No Brasil, ainda que limitada em momentos históricos diferentes, “a ação da ilustração no campo das atividades científicas foi responsável pela

Interciencia. May-June 1987, Vol. 12 nº 3. p. 124

⁴⁰ MERTON, Robert K. & Zuckerman, Harriet. Pautas Institucionalizadas de La Evaluacion en La Ciencia. *Minerva* 9, nº 1: 66-100, 1971.

⁴¹ FERREIRA, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o Periódico Médico Brasileiro da Primeira Metade do Século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo// Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

valorização da ciência como instrumento prático de intervenção social, instituindo-se o pragmatismo científico”.⁴²

A revista que é objeto deste trabalho constituía-se como um espaço de comunicação entre cientistas e agricultores. Ao meu ver, esta iniciativa fez deste periódico um instrumento de intervenção direta no sertão, na medida em que se buscava propiciar aos leitores o máximo possível de informações práticas, consideradas necessárias para o desenvolvimento de uma nova mentalidade racional em prol do aprimoramento da agricultura brasileira.

Neste capítulo, procuraremos perceber as estratégias de divulgação científica enquanto instrumento de intervenção social. Diagnosticando como problema da agricultura nacional o empirismo rotineiro, os cientistas acreditavam ser possível semear a ciência agrônômica no Brasil e imprimir um novo *ethos* cultural ao homem do sertão.

2.1- Divulgação científica: a ciência acessível

Ao deparar-se com uma fonte, o pesquisador sempre busca as estratégias de ações propostas por cada texto, pois são variadas as formas discursivas de determinadas publicações e as técnicas capazes de atrair o seu público alvo.

De acordo com Roger Chartier, um texto pode apresentar-se com um caráter “todo poderoso”, na medida em que consegue, através do discurso e de sua forma tipográfica, *conquistar* o seu leitor.⁴³ Assim, as maneiras de forjar determinadas apreensões no texto são importantes, na medida em que muitos o fazem com o intuito de divulgar sistemas de pensamento como instrumento discursivo de intervenção social.

⁴² IBIDEM, Idem, p. 43.

⁴³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

Acompanhando a evolução das publicações periódicas especializadas, verifica-se a tendência a ampliar o quadro do dinâmico contexto científico, seja entre os próprios pares, ou através de publicações escritas por especialistas, voltadas a um público mais amplo. Neste sentido, as diversas maneiras de uma publicação conquistar seu público leitor — sejam elas materiais (com ilustrações, gravuras e imagens) ou comerciais (com preços modestos) — formulam projetos de articulação, tanto do editor quanto do autor, de forma a ampliar conhecimentos ou estratégias de compreensão.

Existem várias maneiras de traçar estratégias de compreensão através de publicações, que podem enquanto discurso, produzir práticas de comportamentos ou condutas.

A revista *O Campo* pode ser considerada como um periódico de práticas, no sentido em que busca empreender a difusão de novas técnicas e conhecimentos agrícolas. A modelação da revista parece supor o desejo de criar modelos de produtores agrícolas bem sucedidos, pois vai forjando, à medida em que ensina novas técnicas, um modo de se ver o sertão brasileiro.

Este periódico mensal constituía-se como órgão oficial do Instituto Agrícola Brasileiro (IAB) e foi publicado entre os anos 1930-1952. Fundado em Janeiro de 1930 (mesmo ano do aparecimento da revista), o IAB tinha como objetivo “*congregar esforços de todos os representantes das classes agrícolas e amigos da agricultura, a fim de, numa ação conjunta, trabalhar pelo progresso e máxima expansão da agricultura brasileira*”.⁴⁴

De acordo com seu estatuto, além de promover congressos, exposições e conferências, o Instituto tinha como pretensão criar escritórios de informações técnicas, industriais e comerciais, cujos membros teriam a seu dispor esclarecimentos sobre os problemas que se relacionassem com a agricultura, além de manter um serviço de correspondência com todas as

⁴⁴ Estatuto do Instituto Agrícola Brasileiro. Publicado no *O Campo* em Janeiro de 1930 (p. 118-119)

instituições agrícolas, industriais e científicas, de organizar, sob encomenda, orçamentos de quaisquer construções rurais, de visitar estabelecimentos agrícolas modelares, publicando notícias com ilustrações a fim de divulgar a modernização das instalações rurais, e de editar uma revista sobre agricultura em geral, com artigos de cientistas e escritores agrícolas, membros ou não do IAB.

A direção do IAB estava confiada a um conselho-diretor, presidido pelo presidente ou vice-presidente do Instituto e seis membros. Os sócios efetivos eram responsáveis em eleger seus diretores e, anualmente o presidente deveria apresentar relatório geral do ano em que esteve na direção. Tudo leva a crer que o presidente do IAB, bem como os outros diretores, eram os mesmos membros do conselho editorial da revista *O Campo* (não existem indícios, no estatuto, sobre a eleição dos diretores, e a revista não publica os relatórios anuais).

Quanto aos membros do IAB, eram admitidas as seguintes categorias: efetivos, beneméritos, fundadores, honorários, correspondentes e remidos. Os membros efetivos eram pessoas ou estabelecimentos que davam contribuições mensais ou anuais ao Instituto. Os beneméritos correspondiam à categoria de pessoas ou estabelecimentos que fizessem doações com valores mínimos consideráveis ou que prestassem benefícios ao órgão. Eram considerados membros fundadores os que, até dezembro de 1930, tivessem feito sua inclusão através de pagamento em dinheiro. Os membros honorários eram aqueles que prestavam relevantes serviços à agricultura, desde que fossem aclamados como tal. Os membros correspondentes eram os que, em outros estados brasileiros ou outros países, desejassem fazer parte do IAB ou prestassem algum serviço ao mesmo. Por fim, os membros remidos eram os

que houvessem solicitado o pagamento de taxa única (os membros remidos também eram considerados fundadores do IAB).⁴⁵

O Instituto só admitia em seus quadros os agricultores, industriais, professores de agricultura, escritores agrícolas, agrônomos, engenheiros agrônomos, membros de sociedades agrícolas e de estabelecimentos agrícolas e industriais. O pedido para aceitação de membros deveria ser feito ao presidente ou ao vice-presidente que o encaminharia ao conselho diretor para aprovação.

Observando a formação do quadro de membros, podemos concluir que, o IAB pode ser percebido como uma ampliação do campo de atuação científica. Dentro deste Instituto vemos congregarem-se cientistas, publicistas, agrônomos e até industriais envolvidos no projeto de divulgação das ciências naturais e de sua aplicação prática na agricultura. De acordo com Pierre Bourdieu, o campo intelectual corresponde a um sistema de linhas e forças no qual os agentes que o formam se opõem e se agregam, conferindo-lhe uma estrutura específica.⁴⁶ No caso dos membros do IAB, notamos um campo intelectual bastante variado, cuja estrutura é definida pelas estratégias de inclusão dos agentes e pela reafirmação de suas identidades, através da publicação de artigos científicos, da divulgação de estabelecimentos agrícolas e da própria propaganda difundida em sua revista.

As rendas do IAB provinham da contribuição de seus membros efetivos, das comissões recebidas por seu escritório técnico (quando este servisse de intermediário em compra ou venda de estabelecimentos agrícolas),

⁴⁵ IBIDEM, idem. Conforme Estatuto do IAB eram as seguintes taxas cobradas a seus membros:

Categoria	Contribuição
Efetivos	20\$000 (vinte mil réis) e anuidade de 10\$000 (dez mil réis)
Beneméritos	Doação mínima de 500\$000 ou que prestassem benefícios ao IAB
Fundadores/remidos	Pagamento de uma só vez a quantia de 100\$000 (cem mil réis)
Honorários	Prestação de serviços considerados relevantes à agricultura e indústrias agrícolas
Correspondentes	Prestação de serviços ao IAB

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual e projecto creador. In: *Problemas Del Estructuralismo*. 3. ed. México: Siglo Vientuno, 1969.

pelo lucro obtido com a venda da revista *O Campo* e pelas doações feitas pelos seus sócios. Todos os membros do Instituto tinham direito a receber um diploma de acordo com sua respectiva categoria de sócio.

Além de contar com uma biblioteca, o IAB disponibilizou uma seção de informação destinada a prestar serviços a seus membros. No capítulo X do Estatuto do referido Instituto estão discriminados os serviços realizados por esta seção:

“Encaminhamos requerimento ao Ministério da Agricultura sobre registro de lavradores; isenções de fretes; pedido de vacinas; analisamos produtos agrícolas ou mandamos analisar em laboratórios oficiais; remetemos catálogos de todos os artigos nacionais e estrangeiros; indicamos casas que precisam de representações; apontamos representantes idôneos, informamos sobre cotações de todos os produtos do Norte e do Sul do país; adquirimos, por conta dos interessados, máquinas, adubos, sementes, ferramentas, apetrechos; organizamos catálogos e descrições de fazendas e estabelecimentos industriais, encomendamos no interior e no exterior, animais de raça, etc”.⁴⁷

Como podemos constatar, eram diversos os campos de atuação do IAB, que iam desde a orientação logística aos agricultores até a divulgação de conhecimentos científicos nas páginas de sua revista. Além disso, o Instituto oferecia cursos por correspondência destinados à formação de profissionais técnicos, legitimados a atuar no espaço agrícola. Este fato se observa no Capítulo IX de seu estatuto:

“O Instituto Agrícola Brasileiro iniciou a sua atividade abrindo vários cursos por correspondência. **O ensino por correspondência, executado seriamente, é hoje considerado em todo o mundo um fator de instrução pública, científica e profissional.** Mas o ensino agrícola, prático-teórico ou teórico-prático, feito por correspondência, sobre ser uma novidade no Brasil, está destinado a ser, como nos Estados Unidos o é, um grandíssimo elemento de instrução técnica, cuja necessidade se apregoa quotidianamente por todas as formas”.⁴⁸

⁴⁷Estatuto do Instituto Agrícola Brasileiro. Publicado no *O Campo* em Janeiro de 1930 (p. 118-119)

⁴⁸ IBIDEM, idem. (grifos meus)

Generalizava-se, por essa via, que a construção de um idealizado *moderno agricultor*, tal qual o *farmer* americano, dependia da atuação dos profissionais das ciências agrícolas. Buscava-se, assim, propiciar o acesso às informações práticas e, para tanto, o modelo norte-americano de ensino profissional impunha-se como alternativa.

“Nos Estados Unidos há cursos de agricultura por correspondência, e cuja utilidade o Estado reconhece, subsidiando-os. No Brasil, a necessidade de cursos por correspondência salta aos olhos de todos que demorem sua atenção, dois minutos sobre o assunto. Esse é, talvez, o único meio de difundir-se o ensino agrícola em nosso vastíssimo país, onde os centros de ensino rareiam. Onde poderão aprender os filhos dos nosso agricultores?”⁴⁹

O elemento central desta perspectiva era preparar profissionais qualificados em intervir no espaço rural a partir de seus conhecimentos técnicos. Neste sentido, podemos supor que a opção pelos cursos por correspondência veio constituir a diversificação dos canais de formação da categoria profissional do agrônomo.⁵⁰

“Devemos registrar que os assuntos da agricultura interessam a nossa mocidade, que vai compreendendo ser a profissão agrícola a mais nobre de todas. (...) A todos, pois, mesmo a todos, devem interessar vivamente os cursos agrícolas que fundamos e que podem ser seguidos a qualquer tempo, em qualquer lugar, num mister maior que todos os outros. O Instituto Agrícola Brasileiro estabelece provisoriamente o curso de engenheiro agrônomo, agrônomo prático e administrador rural.”⁵¹

Reconhecendo o valor da ciência para o desenvolvimento agrícola, o IAB valorizava, em particular, as ciências naturais e o ensino técnico. Isto fica claro tanto no teor dos artigos publicados em sua revista quanto nas matérias

⁴⁹ Idem. (grifos meus)

⁵⁰ É importante que fique claro que este profissional teve uma participação fundamental no ideário de modernização agrícola propagado na revista *O Campo*. Trataremos deste assunto especificamente no capítulo 3.

⁵¹ Estatuto do IAB, *O Campo*, 1930. (grifos meus)

do curso a distância: química geral e agrícola, botânica, zoologia (noções), entomologia agrícola, mecânica agrícola, agricultura geral e especial, culturas industriais, arboricultura frutífera, zootecnia geral e especial, apicultura, sericultura, higiene dos animais domésticos, veterinária (noções), tecnologia rural, construções rurais, drenagem e irrigação, contabilidade agrícola.

Como se percebe, a essência do Instituto residia na implementação de tecnologia agrícola. Encarregando-se de fazer propaganda de suas idéias, o Instituto contava com a colaboração financeira de seus membros beneméritos, honorários e fundadores. Na lista de beneméritos constam 14 membros, e na lista de sócios honorários e fundadores constam 77 nomes de pessoas físicas e cerca de 160 nomes de pessoas jurídicas. A propaganda destes sócios era veiculada nas páginas da revista *O Campo*. Na tabela abaixo incluímos, a título de exemplo, os nomes de alguns desses membros:

Membros do IAB e suas respectivas categorias de sócios

<p>Membros Beneméritos</p>	<p>Comendador Ernesto Ferreira Cardoso, Emílio Frers, Antonio Vaz Sobrinho, Francisco de Oliveira Santos, Arnaldo Guinle, Francisco Orlando Diniz Junqueira, entre outros.</p>
<p>Membros Honorários e Fundadores (pessoas físicas)</p>	<p>Assis Brasil, Miguel Calmon, Eduardo Guinle, Eurico Teixeira Leite, Fidelis Reis, Gustavo D'utra, Paulino Cavalcanti, Amadeu da Cunha Bueno, Carlos Lyra, Moura Brasil, Arthur da Silva Bernardes, João Correia Nery, Francisco Eugenio Leal, entre outros.</p>
<p>Membros Honorários e Fundadores (pessoas jurídicas)</p>	<p>Banco Nacional Ultramarino, Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, Banco Regional, F. Mattarazzo & Cia, Nestlé Anglo Suíça, Cooperativa Leopoldinense, Moinho Fluminense, Companhia de Tecidos Paulista, Johnson & Cia, entre outros.</p>

Fonte: *O Campo*, 1930.

Teoricamente, o IAB destacava sua diversidade de atuação no meio agrícola brasileiro. A defesa da modernização agrícola e a crítica do empirismo rotineiro em geral eram mencionadas em seu principal órgão difusor: a revista *O Campo*.

A primeira comissão de redação deste periódico mensal, que tinha como sede editorial o Rio de Janeiro, estava sob a responsabilidade de alguns membros, como Horácio Cláudio da Silva (diretor), Dionysio Suarez (gerente), A. P. Leonardo Pereira (redator), Eurico Santos (secretário) e M. Nunes (diretor artístico). Além disso, a primeira página da revista traz estampada a informação de que a mesma era propriedade de Cláudio Silva, Nunes & Cia LTDA.

Não existem dados precisos sobre a profissão de todos os membros do conselho editorial do periódico. Horácio Cláudio da Silva⁵² era jornalista e publicista agrônomo. Eurico Santos (redator) era publicista agrícola. Em 1910, fundou a revista *A Fazenda*, mas, devido a problemas financeiros, esta revista deixou de circular no seu quarto ano de existência. Em 1916, fundou *A Fazenda Moderna*, cujo último número foi publicado em 1928. Desiludido com empreendimentos em revistas periódicas, passa a publicar na imprensa diária — trabalhou nos jornais *Gazeta de Notícias*, *A nação* e *O Cruzeiro* — escrevendo artigos ligados à agricultura. Em 1920, torna-se redator do *O Jornal*, no qual manteve uma seção agrícola chamada *Vida dos Campos*. Sempre envolvido em assuntos rurais, em 1930, ajuda a organizar e secretariar a revista *O Campo*. Américo P. Leonardo Pereira era professor de agronomia e, entre os anos 1935/1936, foi eleito para diretoria geral da Sociedade Nacional de Agricultura como 4º secretário.

⁵² Seu irmão, Virgílio Cláudio da Silva, era um dos diretores do Banco Regional (entidade jurídica encontrada na lista de membros fundadores do IAB). Este articulista publicava notas referentes a questões de interesses econômicos e financeiros e argumentava que: “havia a necessidade de educar o povo dentro da escola econômica: produzir o máximo, utilizar o ganho do necessário e na proporção dos recursos de cada um, jamais abandonando o fundo de reserva”. (*O Campo*, 1930: 21)

No ano de 1931, Horácio Cláudio da Silva, Dionysio Suarez e Guilherme Cláudio da Silva saem do corpo editorial do periódico. A partir deste ano, o corpo editorial passa a ser composto por A . P. Leonardo Pereira (diretor), Eurico Santos (secretário), Júlio Serpa (diretor de publicidade) e M. Nunes (gerente). O corpo de redatores passou a ser formado por três membros: Benedicto Raymundo da Silva (presidente da Sociedade de Entomologia do Brasil e membro do Instituto Biológico), Eusébio de Queirós e Castro Brown. Ao mesmo tempo, a revista passa a circular sobre a razão social de *O Campo Sociedade LTDA*.

Em Janeiro de 1933, o corpo editorial passa novamente por reformulações, assumindo a função de redator-chefe Arthur Torres Filho, diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura desde o ano de 1920, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura entre os anos de 1931/1932 e eleito vice-presidente da mesma sociedade nos anos 1935/1936. Também fazia parte desta seção o zootecnista Paulino Cavalcanti, ex-professor de zootecnia e agrologia da Escola do Socorro em Pernambuco e diretor do Aprendizado Wenceslau Belo, da Sociedade Nacional de Agricultura.

Os homens que estavam à frente do conselho editorial da revista *O Campo* eram, preferencialmente, produtores de um conhecimento que tinha uma demanda social específica na área de agricultura. Esta presença garantiu o financiamento e o reflexo da contribuição de artigos científicos que eram publicados no mensário.

Em linhas gerais, esta revista mensal mantinha cerca de 160 páginas ilustradas, “*moldadas nos gêneros dos magazines ingleses e americanos*”.⁵³ Ainda segundo seus editores, “*não se desejava fazer uma revista técnica, um*

⁵³ *O Campo*, n.1, vol 1, jan 1930.

*periódico para especialistas, e sim, uma publicação popular, de interesse geral, muito particularmente para a classe agrícola”.*⁵⁴

Os textos publicados neste periódico eram produzidos por publicistas agrícolas, agrônomos e cientistas de várias matizes vinculados ao campo científico e tecnológico, e principalmente, ligados a instituições científicas e de ensino agrícola. Em seu primeiro número, cerca de 30 cientistas enviaram artigos para serem divulgados no mensário. Para demonstrar a vinculação do periódico com indivíduos associados ao campo científico, citamos os nomes de alguns destes personagens na tabela 2.

Distribuição de colaboradores e sua vinculação institucional

Nome	Vinculação Institucional
A. J. Sampaio	Museu Nacional
Ângelo da Costa Lima	Instituto de Manguinhos
Antônio Magarinos Torres	Chefe do Serviço de Vigilância Sanitária Vegetal
Arthur do Prado	Escola Superior de Agronomia
Azevedo Marques	Entomologista Instituto Biológico
Bento Pickel	Prof. da Esc. de Agr. e Vet. de São Bento (PE)
Carlos Moreira	Diretor do Instituto Biológico
Eugênio Rangel	Instituto Biológico
Geraldo Kulman	Botânico do Serviço Florestal
Gregório Bondar	Entomologista do laboratório de Fitopatologia da Bahia
Henrique Aragão	Instituto de Manguinhos
João Cândido Filho	Diretor da Escola de Agronomia do Paraná
Lauro Travassos	Instituto de Manguinhos
Octavio Domingues	Escola de Agricultura Luiz de Queiroz

Fonte: *O Campo* (1930)

⁵⁴ IBIDEM, idem, editorial.

A análise dos 96 números da revista, publicados entre os anos de 1930-1937, revela que este periódico teve sua história ligada ao desenrolar dos acontecimentos da década de 30 em si e ao movimento de (re)descoberta dos sertões brasileiros nas duas primeiras décadas do século XX. Esta publicação materializava a ação de cientistas e intelectuais interessados em promover a modernização da produção agrária nacional, constituindo-se, não só em um veículo através do qual o conhecimento técnico e científico era repassado aos produtores, mas também, como um espaço social de interação entre a atividade científica desenvolvida em alguns institutos de pesquisa biológica e agrícola e as demandas do setor agrário brasileiro.

A tônica comum aos artigos, em geral, repousava na necessidade de substituir os conhecimentos tradicionais por conhecimentos científicos. Em artigo publicado no ano de 1932, o médico veterinário Desiderio Finamor assinala que a revista *O Campo* constituía-se como uma fonte de intercâmbio de idéias, *uma vez que as publicações técnicas, mesmo de ordem prática, ainda não eram comuns.*⁵⁵ De acordo com o veterinário:

“É o que vai realizar O Campo, que, pelo seu escolhido corpo redatorial, pelo seu programa e feição moderna, despertando o interesse e atenção das classes rurais, pode ser o mensageiro comum e valioso de ensinamentos eficientes á economia brasileira. Finalidade patriótica a que, devotadamente, vem realizando O Campo, vulgarizando ensinamentos, difundindo conselhos técnicos, semeando métodos racionais e científicos, preenchendo, enfim, louváveis funções educativas. (...) Na sua legenda augusta, o **O Campo é, incontestavelmente o semeador da idéia fecunda, o veículo do intercâmbio técnico entre os Estados da comunhão brasileira, cooperando para um maior aproveitamento da produção, difundindo e desdobrando as fontes econômicas, abrindo novos horizontes nos métodos de trabalho, tornando-se, enfim, um fator eficiente do nosso progresso**”.⁵⁶

⁵⁵ *O Campo*, Janeiro, 1932. p. 127

⁵⁶ IBIDEM, Idem. (grifos meus)

Este tipo de texto aparecia com bastante frequência nas seções destinadas em comemorar o aniversário da revista. Um certo ufanismo tomava conta de seus editores, que acreditavam ser o periódico um meio propício para semear a ciência agrônômica e o desenvolvimento nacional. É o que podemos observar na nota comemorativa ao quinto aniversário de publicação do periódico:

“Não é mais possível negar o absoluto êxito do nosso atrevidíssimo empreendimento. Hoje os mais increus e pessimistas se rendem a essa evidência patente e incontestável. (...) **Aos poucos vimos que se agrupavam em derredor de nós os mais prestantes elementos, os nomes de maior prestígio nas letras agrícolas, especialistas e professores, divulgadores e cientistas, todos empenhados em auxiliar uma empresa de evidente utilidade, propósitos honestos e fins patrióticos.** (...) Espalhados pelos quatro cantos da terra brasileira, desde o território do Acre ao extremo do Rio Grande do Sul, O Campo está realizando uma obra de refacimento agrícola. **Esta larga expansão, por sua vez, tornou esta revista um veículo excelente para propaganda. E, desta arte, o comercio e a industria, sempre generosos, não nos tem negado o precioso auxilio, contribuindo assim, de forma eficiente, para o triunfo que o quinto aniversário do O Campo ora comemorado, é uma prova concreta, palpável, evidente**”.⁵⁷

Por intermédio da revista *O Campo*, difundia-se o acesso às informações técnicas, transformando-se esta agência de propagação num denominador comum a toda classe proprietária, desde o pequeno agricultor até os agricultores mais modernos. Este projeto de desenvolvimento centrado na agricultura era exposto constantemente:

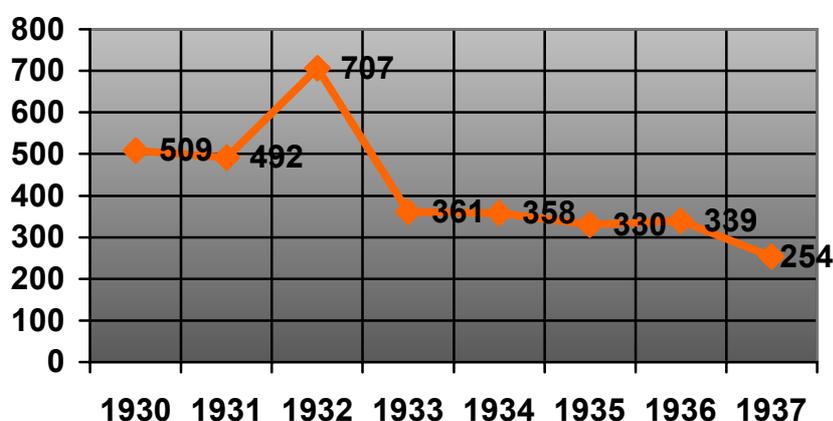
“Uma revista agrícola nos moldes do O campo somente poderá prosperar num país de agricultores adiantados e assim o triunfo deste periódico é, evidentemente, um atestado de que a classe rural do Brasil já não tem a mentalidade da de vinte anos passados, em cujo ambiente seria impossível viver, quanto mais prosperar, uma publicação vasada nos moldes desta. **Realmente nas páginas deste periódico se encontra uma colaboração original, firmada por professores, por**

⁵⁷ *O Campo*, Janeiro, 1934, p. 16 (grifos meus)

especialistas, por homens de ciência e técnicos de renome. Aqui se debatem os problemas da lavoura, se assinalam os progressos, se apontam os erros e se indicam os caminhos seguros para se levar a bom termo a exploração da terra e a conduta dos rebanhos”.⁵⁸

O gráfico abaixo mostra a evolução de artigos publicados nos primeiros oito anos de existência da revista *O Campo*:

**Evolução do número de artigos da revista
*O Campo***



Fonte: *O campo* (1930-1937)

Os dados demonstram uma oscilação entre o número de artigos publicados entre 1930/1937. A queda observada no ano de 1933 não significa que a revista deixa de receber artigos de seus articulistas. Na verdade, ela permanece com suas cerca de 160 páginas mensais, mas, com uma nova característica: os assuntos publicados passam a ocupar um número maior de páginas, fazendo com que tivessem que diminuir o número de artigos devido ao tamanho dos textos.

A seleção de cientistas convidados a colaborar na revista *O Campo* visava garantir o ideal de cientificidade e modernização que era veiculado nas

⁵⁸ *O Campo*. Editorial, Jan. 1936. (grifos meus)

páginas do mensário. Isto se observa, por exemplo, na carta escrita por Costa Lima ao editor no ano de 1930:

“Recebi e muito agradeço o convite de colaborar na revista *O Campo*. É-me de todo impossível, no momento enviar-lhe qualquer artigo sobre entomologia, pois estou ultimando algumas notas sobre entomologia médica, que deverão ser publicadas nas Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. Lembrei-me, todavia, de lhe entregar, talvez para o próximo número, um trabalho que estou completando e que, sendo uma contribuição a entomologia agrícola brasileira, possivelmente lhe interessará. Trata-se de um Suplemento ao Segundo Catálogo Systemático dos insetos que vivem nas Plantas do Brasil, e Ensaio da Bibliografia Entomológica Brasileira. (...) Se achar que essa contribuição pode ser incluída na sua revista, peço-lhe avisar-me, para que eu lhe remeta oportunamente”.⁵⁹

Outro aspecto relevante, no que se refere aos temas dos artigos que eram publicados no mensário, consiste na divulgação de trabalhos fundamentados na diversificação da produção agrária nacional. E, de fato, de acordo com Sônia Mendonça, datam da República Velha mudanças significativas nas condições de geração e apropriação de excedentes agrícolas. Devido às crises do setor agro-exportador e à expansão do setor urbano-industrial, a produção do campo passou a se orientar para o mercado interno.⁶⁰

As transformações no modelo agrícola brasileiro, iniciadas na Primeira República, atingem seu ponto culminante na década de 1930, visto que, diante do novo contexto político-social, abre-se espaço para uma intensa atividade de intervenção na sociedade. Para tanto, a diversificação da produção tornou-se um imperativo da divulgação científica veiculada nas páginas da revista *O Campo*.

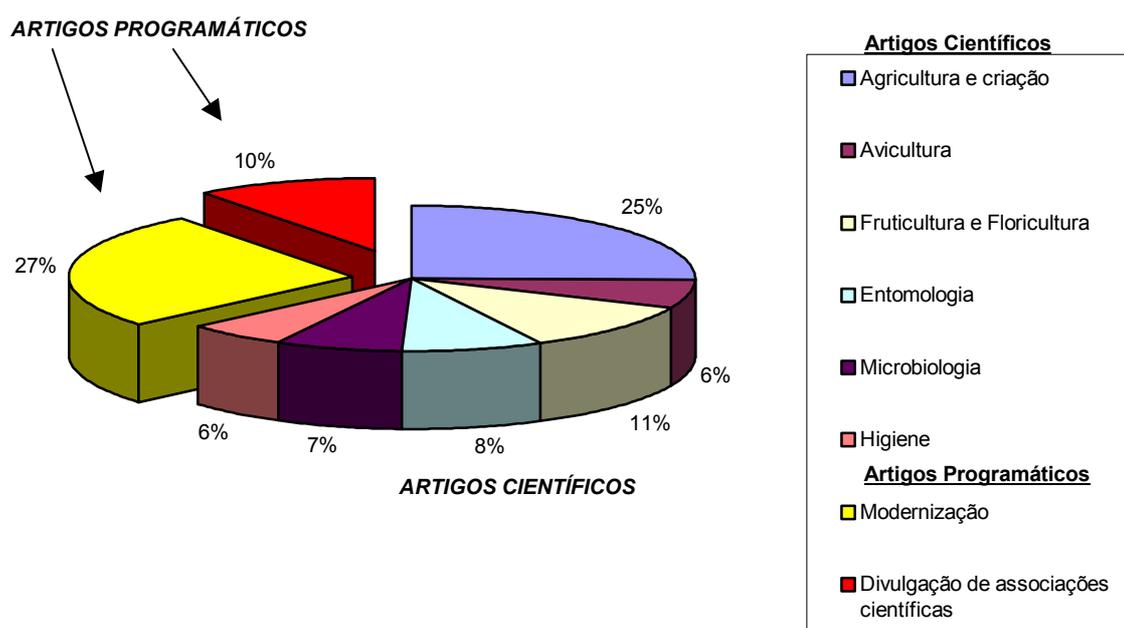
Para demonstrar esta idéia, o gráfico 2 mostra o percentual de artigos divulgados na revista e seu respectivos temas. Optamos em classificar os artigos em programáticos e técnicos/científicos, tendo em vista que a revista

⁵⁹ *O Campo*, 1930, nº 5. Neste suplemento, publicado em cerca de seis números da revista, Costa Lima cita todas as espécies que foram por ele estudadas no período compreendido entre os anos de 1925/1930

⁶⁰ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro* (1888-1931). São Paulo: HUCITEC, 1997.p63

apresenta-se muito diversificada quanto ao teor das matérias que eram divulgadas.

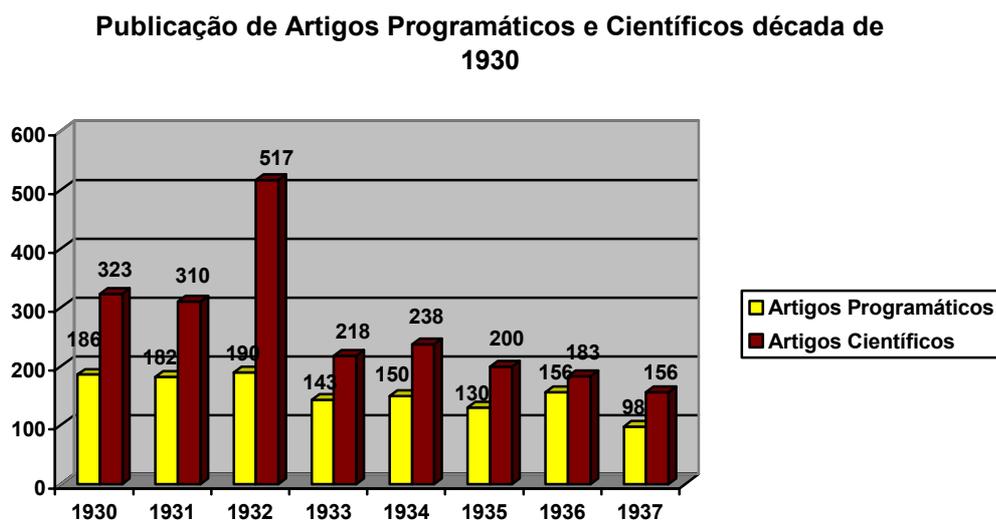
Distribuição de temas de artigos no período 1930-1937



Em cada número mensal, eram publicados, em média, quatro artigos programáticos. Dentre eles, podemos citar “Pela Saúde dos Camponeses” e “Educação Sanitária das Crianças e Adolescentes”, redigidos por Augusto de Freitas (da Academia Nacional de Medicina); “Factores Sociológicos da Pecuária” (Octávio Domingues - Escola Agrícola de Piracicaba); “A Evolução da Agricultura Brasileira” (Arthur Torres Filho). Entre os artigos que, embora de caráter mais científico, ajudam a compreender o caráter programático da revista, destaco “Como se Divide uma Terra para ser Lavrada a Trator” (Arthur de Melo), “O Assucar Começa a ser Feito no Campo” (João Hygino de Carvalho- eng. Agrônomo) e “Nomenclatura

Popular dos Lepdopteros do Distrito Federal” (Benedicto Raymundo – presidente da Sociedade de Entomologia do Brasil).

O gráfico 3 demonstra a distribuição temática de artigos programáticos e científicos publicados na revista *O campo*:



Fonte: *O Campo* 1930-1937

A observação destes dois enfoques temáticos (programáticos/científicos) proporcionou a identificação de duas estratégias de intervenção científica: a primeira se refere à vulgarização da ciência através de publicação de artigos. As matérias de conteúdo eminentemente científico correspondem à discussão acerca do aprimoramento da produção. Além disso, sua elevada participação no periódico relaciona-se àquilo que se desejava imputar ao agricultor brasileiro: a diversificação da produção e sua conseqüente tecnificação. Aí aparece uma função social da revista: dar visibilidade ao campo científico das ciências da natureza, bem como sua conseqüente aplicação no contexto social do sertão. Segundo Vessuri, de acordo com o momento histórico, uma revista pode ter uma função didática diferente, propondo-se a difundir conhecimentos e favorecer a produção

científica.⁶¹ No caso da revista *O Campo*, seus idealizadores desejavam, através de um veículo de comunicação formal, promover a atividade científica para além dos especialistas, com o propósito de permitir um sistema de comunicação entre cientista e público leigo.

A segunda estratégia refere-se ao caráter simbólico do discurso científico, ou seja, aquele baseado no discurso modernizador. As matérias concernentes à divulgação de associações científicas, exposições agrícolas, escolas agrícolas e modernização possuíam um caráter mais programático: construía-se uma imagem de agricultor moderno, cujos atributos estariam atrelados à aplicação da ciência em sua produção.

Mediante estas estratégias, a racionalidade técnica era propagandeada na revista, opondo-se o par tradição/modernidade. Convém lembrar que as idéias e imagens acerca do mundo rural, que estão sendo analisadas, foram construídas pelos profissionais das ciências naturais e agrárias dos anos 30. Portanto, estamos analisando as concepções de um grupo de cientistas que possuem características e concepções próprias, das quais se podem destacar visões de modernidade e de aplicação científica, difundidas por uma revista agrícola voltada para um público amplo.

Através da contextualização das idéias destes agentes, busca-se compreender as estratégias de atuação dos cientistas que assumem para si a missão de transformadores da vida social do sertão.

⁶¹ VESSURI, Hebe. Una Estrategia de Publicacion Cientifica para La Fisiologia Latinoamericana: Acta Physiologica Latinoamericana, 1950-1971. In: *Interciência*, JAN/FEV, 1989, Vol. 14 n° 1. A autora apresenta os aspectos de criação e consolidação de uma comunidade de investigação biomédica regional. Ao analisar as estratégias de divulgação científica na Acta Physiologica Latinoamericana, Vessuri assinala que os produtores deste periódico confiavam que o mesmo ajudaria a elevar a qualidade da investigação científica e cumpriria uma função didática.

2.2- Tradição *versus* Modernidade

“Todos nós sabemos que em muitos lugares do interior do Brasil, de norte a Sul, predominam os apóstolos da rotina, que ignoram ser tão indispensável a reserva de homens sãos como a de água potável pura. (...) é preciso que os governos estaduais e municipais se preocupem mais com seus colonos, com os nossos jecas, matutos ou caipiras, prodigalizando-lhes uma política de assistência completa, recursos médicos, higiênicos e de engenharia sanitária.”⁶²

Já mencionamos que a imagem de agricultor progressista era o principal ideal perseguido pelos editores e autores de artigos da revista *O Campo*. Daí a idéia de tradição e rotina serem consideradas um dos pontos-chave no discurso de intervenção no sertão.

Para os editores e colaboradores do *O Campo*, a idéia de modernidade emergia do processo de transformação e expansão do campo científico e tecnológico agropecuário. Neste contexto, vale lembrar que a agricultura da década de 1930 se inscreve no momento de transição de uma sociedade agro-exportadora para uma economia de base capitalista industrial⁶³ e que nesse cenário se cristalizou um ideário moderno para a sociedade rural, iniciado, desde a década de 1910/1920, pelo movimento sanitarista de (re)descoberta dos sertões.

As imagens do campo construídas pelos profissionais das ciências agrárias na década de 1930 eram imagens que possuíam características e concepções próprias do grupo, e foram apresentadas em suas dimensões

⁶² M. de L. “A Hygiene Rural entre Nós” IN: *O Campo*, n° 1, vol. 1, Jan. 1931. (grifos meus)

⁶³ Tomas Skidmore assinala que mesmo com todo o ideal modernizador e impulso industrial, ainda prevalecia em 1930 uma idéia de um Brasil agrícola, onde os investimentos deveriam ser canalizados para um maior desenvolvimento tecnológico da produção de produtos primários. Não havia uma oposição entre agricultura/industrialismo. C.f: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

científicas e tecnológicas. Ao enfatizar a importância do conhecimento racional e da utilização de técnicas na produção agrária, estes cientistas buscavam atuar sobre os indivíduos e suas gerações, modificando hábitos e imprimindo uma nova forma de trabalho.

Convém contextualizar esta idéia de modernização a partir do conceito de civilização de Nobeit Elias. De acordo com o autor, o conceito de civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, resumindo, assim, o julgamento que as sociedades ocidentais fazem de si em relação às sociedades mais antigas. Utilizando-se do conceito de civilização, as sociedades ocidentais descrevem aquilo de que se orgulham: “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo”.⁶⁴

Pensando no discurso simbólico dos articulistas da revista *O Campo*, é possível dizer que seu pensamento acerca da modernização está precisamente ligado às suas próprias visões sobre civilização/modernização e à percepção dos sertões como a parte não civilizada do nacional. Neste sentido, a cultura do homem do campo, para eles, não possuía uma funcionalidade, ao contrário, ela impedia que o agricultor participasse do processo modernizador do mundo agrário.

Nesta conjuntura, o primeiro aspecto da superação da mentalidade tradicional baseava-se na concepção de que era necessário o rompimento do caboclo com o modo de vida amparado no costume de trabalhar apenas na exata medida de suas necessidades mais imediatas. Complementarmente, a defesa da modernização agrícola amparava o princípio de que o mesmo caboclo não repetisse o que lhe ensinara a rotina e passasse a planejar suas atividades a longo prazo.

⁶⁴ ELIAS, Nobeit. *O Processo Civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. (p.23)

Para estes cientistas, a *tradição* estava pautada na produção via senso comum, em que o agricultor trabalhava a terra como um aventureiro, utilizando-se dos recursos naturais de forma pouco sistemática. Este pensamento pode ser exemplificado na observação de Arthur do Prado, quando compara a atividade do lavrador à aventura de Cristóvão Colombo:

“Quantos se admiram da temeridade de um Colombo, partindo a aventura, em caravelas rudimentares, somente sustentado pela fé! Pois bem, o nosso lavrador é tão temerário quanto Colombo! Ele semeia e... estoicamente espera. Si as condições forem favoráveis, a colheita recompensa o esforço, e ele fica convencido que operou racionalmente; Quando os acontecimentos são contrários a ele, atribui o insucesso à falta de sorte e continua resignado. Daí a rotina e a continuação do empirismo.”⁶⁵

Outros artigos também demonstram a mesma tendência, como “Padrões de Terra”, no qual o engenheiro agrônomo W. Peckolt chama a atenção para a importância de o agricultor observar a vegetação do terreno e suas aptidões, antes de destiná-lo a qualquer cultura, pois é *“este o meio mais prático de aproveitá-lo vantajosamente”*:

“Quando tentamos uma cultura qualquer, devemos antes, verificar com exatidão, se o terreno a ela destinado, corresponderá às exigências da vida e produção do vegetal escolhido, e quiçá, à nossa expectativa econômica. (...) E’ que em nosso país, insuficiente é ainda a instrução agrônômica, que só agora desponta em reduzísimos núcleos para tão vasto país que devia ser o celeiro universal; **fato este, agravado pela rotina dos tempos coloniais e aliado às grandes dificuldades de comunicação com os centros cultos**, que dispõem de aparelhagem e técnicos ao alcance liberal dos favores oficiais; (...) **Tolhido dessa forma, o nosso agricultor valendo-se da sua observação arguta, e da rotina que apreendeu através de sucessivas gerações, somada à sua grande experiência, distingue pela simples inspeção do mato, as qualidades de um terreno que destina á cultura.**
Dentre os agentes modificadores de caráter dos terrenos, o lavrador brasileiro por suas mãos e pela sua deficiente cultura,

⁶⁵ PRADO, Arthur. Agricultura Nacional. in: *O Campo*, nº 2, Vol 1, Jan 1930, p. 19-20. (grifos meus).

guiando-se pela rotina dos tempos coloniais, promove a rápida defertilização de suas terras; estimulado pela ambição de obter fartas colheitas pelo menor esforço, derriba e queima os belos matos que a natureza lhe deu para outros fins.⁶⁶

Podemos observar que a rotina se apresenta, para os articulistas do periódico, como uma ética dos trabalhadores rurais, ditada pela lei do menor esforço. Este traço orientador do trabalho do lavrador brasileiro foi identificado como parte de nossa herança colonial.

Em *Raízes do Brasil*, referindo-se aos métodos e técnicas empregados na lavoura brasileira durante o período colonial, Sérgio Buarque de Holanda nos lembra que o desenvolvimento técnico herdado de uma agricultura extensiva visava economizar esforços. O recurso às queimadas era o meio mais fácil de garantir a limpeza do terreno, e os modos de produzir eram extremamente simples, como na mineração, restringindo-se ao estritamente necessário às diferentes operações.

Após o desgaste do solo, os trabalhadores buscavam novas terras. Tal transitoriedade confirmava o caráter rotineiro do trabalhador rural. Entre eles não ocorria o recurso de revigorar os solos gastos, e faltava estímulo a melhoramentos de qualquer natureza. A regra geral era extrair do solo benefícios sem grandes sacrifícios. Aliado a este tipo de cultura, o lavrador ainda tinha de enfrentar as resistências da natureza ao emprego de técnicas modernas na agricultura, como no caso do arado. Os conhecimentos tecnológicos mais avançados desenvolvidos na Europa não foram suficientes para serem empregados em nossa lavoura de feição mais tradicional. Esta surgiu da destruição das grandes florestas e matas tropicais e, dada sua distinção da natureza européia, a técnica do arado malogrou, porque os colonizadores portugueses retrocederam, em termos de técnica, na medida em que cederam facilmente à opinião da época, de que a utilização do arado não

⁶⁶ PECKOLT, W. "Padrões de Terra" in: *O Campo*, nº 11, Vol 4, Nov 1933, p. 50-52. (grifos meus)

era adequada às terras brasileiras. De acordo com Sérgio Buarque, no Brasil, as condições locais aliadas à falta de técnicas fizeram com que predominassem apenas os métodos rudimentares, orientados para o imediato proveito de quem os aplicava. A suplantação destes métodos exigia uma energia paciente e sistemática. Tal qualidade não se enquadrava no espírito aventureiro de nosso colonizadores.⁶⁷

Em outros exemplos apresentados na revista, é possível identificar novas relações que associam a rotina dos lavradores ao seu comportamento. É o que se observa em relação à sua dieta alimentar. Sob o título *Comam mais Frutas* o seguinte argumento foi divulgado:

“A ciência moderna, após longas pesquisas, chegou à conclusão de que os caracteres de deficiência e inferioridade de alguns povos, residem, não nos fatores étnicos e nas fatalidades raciais, mas sim nas condições higiênicas e, sobretudo, na má alimentação. (...) Ora, o brasileiro, diante das estatísticas, não está colocado entre os povos que melhor se alimentam, especialmente as classes menos favorecidas e assim a questão deve merecer especial carinho de todos nós, porque envolve um aspecto social do nosso país. (...) O Brasil deve fazer a mais ampla propaganda da alimentação racional; neste caso a fruta terá a recomendação que a ciência já determinou”.⁶⁸

Deve-se ressaltar que a má alimentação também era considerada como fator de herança cultural. Um exemplo deste pensamento pode ser encontrado em *Casa Grande e Senzala*. Neste livro, Gilberto Freyre identifica três conjuntos de fatores explicativos que contribuíram para a formação do padrão de consumo e hábitos alimentares da sociedade colonial: étnico-cultural, econômico-social e geográfico.⁶⁹ A associação destes fatores resultou um padrão alimentar brasileiro deficiente e instável.

⁶⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26ª ed. (c.f. nota ao capítulo 2)

⁶⁸ *O Campo*, Abril, 1937, p. 17. (grifos meus)

⁶⁹ De acordo com Gilberto Freyre, os fatores étnico-culturais associam-se ao padrão de consumo e hábitos alimentares herdados do sincretismo entre os costumes alimentares do índio, do negro e do branco (colonizador). Para o autor, a mistura dos hábitos destas três raças constituiu a cozinha mestiça. O fator econômico-social liga-se à monocultura latifundiária e escravocrata. Por fim, as condições físico-geográficas

Em estudo sobre a constituição do campo da nutrição em Pernambuco, Francisco de Vasconcelos nos lembra que a obra de Gilberto Freyre teve uma íntima identificação no interior do movimento médico-sanitário brasileiro. Negando o paradigma racial/climático, os sanitaristas defendiam que a valorização do mestiço consistia numa alimentação baseada em hábitos alimentares racionais e implantação de uma política sanitária eficiente.⁷⁰

Para os articulistas do periódico *O Campo*, os lavradores pareciam estar conformados pela tradição, logo, a idéia de imprimir um processo de mudança social provocada, baseado no uso de técnicas racionais na produção e também na alimentação, constituía uma variável significativa de seu discurso simbólico. Mediante tal artifício, os editores e colaboradores da revista apresentam constantemente ao público leitor a oposição entre os pares rotina/tradição, técnica/modernidade, a fim de cristalizarem a imagem de um modo de vida rural atrasado. Desta forma, para os colaboradores da revista, o despreparo e a imaturidade dos trabalhadores residia no meio ao qual estavam submetidos, e conseqüentemente, a oposição homem/natureza era considerada matriz de sustentação de argumentos relacionados às técnicas de dominação dos recursos da natureza. É o que podemos observar no artigo “Fazedores de Desertos” onde o engenheiro agrônomo Octavio R. Cunha aborda as formas de trabalho do caboclo tradicional:

“O caboclo, o machado e o fogo, coligados, arcam com a grave responsabilidade de defraudadores da economia natural do país, porque destroem desbragadamente suas florestas. (...) Realmente a inconsciência é o maior fator desses erros. Nossa gente do campo, criada à larga, sem amparo e sem instrução, á maneira de bichos, largada por aí, é inconsciente. Seus atos o provam. (...) Operando em

estão relacionadas ao clima, solo e pluviosidade. Para Freyre, estes fatores contribuíram para a formação do padrão e hábitos alimentares da sociedade brasileira. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. (c.f. p. 32-42)

⁷⁰ VASCONCELOS, Francisco de Assis. *Como nasceram meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em Saúde Pública em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado/ENSP, 1999.

um meio ainda dominado pela natureza, bravio; não dispondo de recursos intelectuais e materiais modernos; praticamente impossibilitado de lançar sua semente em terra desnuda, porque sem máquinas e sem adubos, esse conjunto de meios que só uma vida social mais adiantada pode dar; não podendo semear debaixo do mato, sem danificá-lo; onde, então, fazer sua lavoura, sua roça? O campo, sem os favores de uma cultura adiantada em bases racionais, nada podia lhe dar, mesmo que lhe emprestasse os mais solícitos cuidados; a mata, aí pegado, oferecendo solo fértil, limpo de pragas... Loucura consumada seria morrer, e matar sua família, de fome, a não ser que opinasse por uma transferência conveniente”.⁷¹

Nesta passagem, percebemos que, ao mesmo tempo em que procura manter em evidência a tese de rotina/tradição, o articulista busca ampliar o leque de fatores explicativos da questão, ao associar a inconsciência do caboclo aos seus costumes de trabalhar a terra. Conforme já afirmamos em parágrafos anteriores, para os editores e articulistas da revista *O Campo*, não existe funcionalidade na forma de trabalhar a terra, por parte do lavrador brasileiro. Neste sentido, nos parece que este posicionamento pode ser explicado, por um lado, pelo próprio espírito de modernização que a sociedade brasileira vivenciava naquele momento. Por outro lado, pelo sentimento do papel civilizatório que a ciência poderia desencadear, ao transformar o trabalho do caipira.

Os padrões culturais que organizavam a vida social do caipira representaram uma adaptação às condições do meio. Este traço de funcionalidade não foi identificado nos artigos do periódico *O Campo*. Um estudo clássico, bastante elucidativo para pensar nas questões de funcionalidade caipira, corresponde à obra do sociólogo Antônio Cândido, *Os Parceiros do Rio Bonito*.⁷²

Discutindo as transformações nos meios de vida do caipira tradicional paulista, este sociólogo trabalha com o conceito de cultura rústica e identifica

⁷¹ CUNHA, Octavio R. Fazedores de Desertos. In: *O Campo*, Março 1936, p. 41-43.

⁷² CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o Caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

nas formas de ajustamento ecológico e social o cerne da cultura caipira. Segundo o autor, o caipira herdou a aventura de desbravamento e posse dos sertões e sua cultura representava um padrão adaptativo às condições do meio.

Na linha geral desse processo, Antônio Cândido identifica que as formas de sociabilidade e sobrevivência, caracterizadas por soluções mínimas, revelam o espírito de aventura do homem rústico. A rotina aparece como um caráter delineado pela prática de subsistência, apoiada apenas em soluções suficientes para manter a vida dos indivíduos.

Neste ambiente, o caipira, desprovido de técnicas para proporcionar rendimento maior da terra, baseava sua existência na auto-suficiência. A agricultura extensiva, associada às queimadas, era um recurso para suprir as necessidades de sobrevivência e estes traços culturais, garantiam o equilíbrio ecológico e funcional do modo de vida caipira. Tal fato teria referência ao ajustamento ao meio natural, como nos mostra Antônio Cândido:

“Para o caipira, a agricultura extensiva, itinerante, foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra”.⁷³

Acredito que no contexto da agricultura predatória e rotineira, persistiram as práticas tradicionais e a pobreza de técnicas de exploração, por dois motivos: o primeiro consiste no fato de as populações rústicas possuírem relativa independência econômica, pois viviam de culturas de subsistência; o segundo, porque esta cultura era fundada em mínimos vitais, daí a resistência à mudança, dada a funcionalidade de suas práticas rotineiras.

Apesar de não explicitar, Antônio Cândido identifica uma racionalidade dentro da rotina do caipira. Esta racionalidade está presente em sua lógica de vida: à medida em que satisfazia suas necessidades imediatas, o caipira tinha

⁷³ IBIDEM, idem, p. 59

uma base de lazer maior, por isso o seu desapego ao trabalho. Além disso, a desnecessidade de trabalho vinculava-se ainda à falta de estímulos e de técnicas de plantio.⁷⁴

Esta agricultura rotineira só deixa de ser funcional quando ocorre o processo de transição da economia de subsistência para a economia capitalista, implicando a perda de antigos padrões tradicionais da vida caipira. E é esta transição que a revista *O Campo* quer aprofundar, ao mesmo tempo em que é um símbolo dela.

No caso do periódico *O Campo*, verifica-se que a exigência de uma mudança cultural marca, de certa forma, a afirmação do valor da idéia de regeneração do Jeca Tatu através da reverência ao trabalho, ao conhecimento científico e ao empreendimento racional da produção agrícola. Neste ambiente, a mudança cultural, ou modernização, imporia uma nova racionalidade manifestada pela previsão, organização e ordenação da produção. No bojo desta mudança, está a transformação do trabalho como um fim em si mesmo, através do processo educativo.

Considerando este conjunto de aspectos, podemos visualizar o discurso científico como porta-voz de um imaginário moderno construído para o homem do sertão: ao diagnosticar o problema do sertão brasileiro, os cientistas das diversas áreas das ciências naturais justificavam suas formas de nele intervirem, julgando necessárias terapêuticas que promovessem a organização do trabalho agrícola. A isto articula-se a legitimação de todos os profissionais envolvidos no projeto de modernização do interior, como os médicos veterinários e os engenheiros agrônomos.

⁷⁴ IBIDEM, idem, p. 113

3 CAPÍTULO III - A Revista *O Campo* e as imagens da modernização: quando o SERTÃO passa a ser CAMPO

Entre as mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos anos trinta, observa-se a criação de um Estado comprometido com o fortalecimento econômico do país e com a afirmação da identidade nacional. Nessa perspectiva o paradigma da modernização passou a ser a mecanização, a industrialização e a racionalização da produção. De acordo com Jacques Le Goff, a idéia do novo implica começo, mais do que isso significa um esquecimento, uma ausência de passado.⁷⁵ De fato, a idéia que introduz e acompanha os artigos da revista *O Campo* é fundamentalmente a oposição entre os pares tradicional/moderno, passado/presente. Fundamentando-se no diagnóstico de uma sociedade rural atrasada, o editor e colaboradores da revista legitimavam a veiculação de idéias modernas, difundindo os princípios de racionalidade e eficiência, na qual o mundo rural deveria assentar-se.

Esse ideário de modernização do campo parece estar bem próximo à visão de modernidade proposta por Berman.⁷⁶ De acordo com este autor, a modernidade corresponde a um corpo de experiência vital partilhada por homens e mulheres em todo o mundo. Portanto, ser moderno implica em encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria,

⁷⁵ LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno,. In *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.

⁷⁶ BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

transformação de si e do mundo, ainda que para isso essa modernidade tenha que transformar tudo que os indivíduos sabem.

Esse conceito permite, por conseguinte, compreender a forma específica pela qual os editores e colaboradores da revista *O Campo* pensam a modernidade. Nesse sentido, a mudança social no sertão só poderia ser assegurada no domínio técnico da produção, no desenvolvimento de pesquisas científicas aplicadas ao meio rural, aperfeiçoando e estimulando técnicas de melhoramentos vegetal e animal, obtendo, dessa maneira, novas variedades, sementes melhoradas e métodos mais eficientes de preparo e cultivo do solo. Para os colaboradores da revista *O Campo*, só a generalização da agricultura científica/moderna, fundamentada nos princípios das ciências agrônômicas, poderia superar as “irracionalidades” de uma agricultura de tipo primitivo, das práticas rotineiras do caipira inculto, caracterizada pela prática da queimada e pela exploração extensiva dos homens e dos animais. Neste contexto, caberia ao agrônomo um papel crucial, uma função civilizatória.

Uma consequência desta abordagem consistiu na valorização dos profissionais das ciências agrárias. Tais atores assumiram o papel de missionários da modernização agrícola, baseados no diagnóstico de atraso e isolamento do caipira brasileiro. Para consolidar este ideário, a ciência foi tomada como instrumento a ser vulgarizado de modo a dar conta do progresso agrícola.

Percebe-se que a defesa da modernização da agricultura reforça a visão sobre o homem do campo, que agora informado e com saúde poderia ter uma vida mais próspera para si e para seu trabalhador. O sertão, antes sinônimo de doença, passa a ser encarado como sinônimo de mudanças e de uma natureza que podia ser dominada pelo produtor. Esta ênfase caracterizou o ideário de construção de um novo homem do campo. Entendemos que dentro desse panorama geral, faz sentido dizer que na década de 10/20 se falava mais em

“sertões” e, agora, em 30, se fala mais em “campo” que seria o sertão mais integrado.

O papel atribuído ao Estado neste processo de mudança social, fez com que intelectuais e cientistas idealizassem um programa de intervenção política no campo, baseado nos diagnósticos científicos para os males do Brasil: além de estar em boas condições de saúde, o caipira deveria aprender a trabalhar e conhecer as técnicas para produção.

O caso da revista *O Campo* ilustra como estes profissionais se propuseram construir um paradigma moderno para a agricultura nacional, o que contribuiu para difundir o papel civilizador atribuído à técnica. O objetivo deste capítulo é analisar as idéias e imagens do campo construídas pelos profissionais das ciências agrárias no Brasil dos anos 30.

Ao meu ver, para este grupo, acabar com a rotina implicava em eliminar práticas de cultivo socialmente reconhecidas e generalizadas entre os trabalhadores e estabelecer um nova *ética*. Assim, a modernização da agricultura apresenta-se como uma questão moral, uma necessidade da nação, na medida em que retirar os trabalhadores da tradição por intermédio da ciência, era “salvar” o sertão de seu atraso.

3.1- A missão da ciência agrônômica

“Ser agrônomo, digo-o sem a intenção de desprezar as outras profissões, é ser patriota, é ser necessário à coletividade, é ser, enfim, verdadeiramente útil à nação”.⁷⁷

Nas propostas sobre modernização agrícola e mudança de *ethos* cultural um profissional da área científica procurou afirmar-se como legítimo para falar da agricultura: o agrônomo. A ele, em vários níveis, caberia a elaboração de projetos que implicavam no abandono de métodos rotineiros, percebidos como atraso da produção nacional. Percorrendo os artigos do *O Campo*, observamos que este grupo de especialistas vinculados às diversas escolas e instituições científicas emergem como fenômeno do desenvolvimento institucional agropecuário, pois, ainda que oriundos de instituições diferentes, faziam da noção da racionalidade e do uso da técnica o cerne de suas representações.

A interpretação sobre o papel do agrônomo no projeto de modernização agrícola no Brasil, não pode ser compreendida sem que levemos em conta o processo de institucionalização do ensino agrícola no país. Por isso, ainda que brevemente, vamos efetuar algumas considerações sobre as linhas gerais de constituição do ensino agrônômico no Brasil.

De acordo com Queda & Tamás Szmrecsányi, o ensino agrícola brasileiro de nível médio e superior teve como característica um lento despertar da consciência educacional. Para os autores, esta demora pode ser atribuída tanto à rusticidade da economia agrária, como à rigidez da estrutura social tradicional do país baseada na monocultura e no latifúndio.⁷⁸

⁷⁷ MEDEIROS, Pedro Paulo. A Missão do Agrônomo. *O Campo*, Jan. 1932, p. 127.

⁷⁸ QUEDA, Oriowaldo & Tamás Szmrecsányi. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo, editora Nacional, 1972.p. 268-289.

Os primeiros investimentos concernentes à formação de técnicos agrícolas foram feitos ainda no reinado de D. João VI com a criação na Bahia de um curso de agricultura, transformado em 1875 no Instituto Imperial Baiano de Agricultura. Em 1877 esta escola deu início a seus cursos que foram sintetizados em dois níveis: o elementar e o superior. O primeiro destinava-se a habilitar trabalhadores agrícolas enquanto o segundo formaria engenheiros agrícolas, agrônomos e veterinários. Este Instituto tornou-se, assim, a primeira escola de agronomia do país, única até a década de 1890.⁷⁹

Segundo Sônia Mendonça, somente com o advento da Primeira República que o ensino agrícola no país ganhou novo fôlego.⁸⁰ Considerado como uma das soluções plausíveis para a suposta crise agrícola no país, o ensino agrícola foi enfaticamente defendido pela categoria de profissionais de agronomia fosse no nível primário ou superior agronômico. Desta forma, ao elevarem a racionalidade econômica como imperativo capaz de transformar a produção agrícola, os agrônomos puderam construir a necessidade de seus serviços e foram identificados como uma nova categoria profissional da Primeira República.⁸¹

Um característica importante a ser considerada acerca do desenvolvimento científico agropecuário, constitui no caráter de institucionalização da profissionalização do agrônomo quando comparada com as profissões de direito, engenharia e medicina por exemplo. Na Primeira República os profissionais destas áreas específicas já haviam garantido sua institucionalização e conseqüentemente a necessidade de seus serviços. Em relação a agronomia, esta não era ainda uma profissão em voga. De acordo com Mendonça, o progresso das ciências aplicadas à agricultura no decorrer

⁷⁹ Sobre a criação de Instituto Agrícola foram consultadas as obras de Mendonça (1998); Queda & Szmrecsányi (1972) e Lima (1961). Conforme Mendonça, desde sua criação até o ano de 1890 esta escola diplomou um total de 74 agrônomos.

⁸⁰ MENDONÇA, Sônia Regina. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁸¹ IBIDEM, idem, p. 29

do século XIX, instituiu uma ordem de problemas no tocante ao ensino agrônômico: a definição de seu estatuto no campo científico.⁸² Em função disto, a necessidade de afirmação da profissão estava presente nos discursos produzidos pelos agrônomos na luta pela legitimação de seu saber. A conclusão desta autora sobre o discurso destes profissionais parece permanecer como uma tônica discursiva dos anos 30, conforme evidencia a citação extraída da revista *O Campo*:

“É preciso que o agrônomo reconheça o seu valor, assim como as possibilidades que lhe permitem os conhecimentos que adquiriu. Congreguem-se os agrônomos do país em ‘frente única’ e terão o resultado almejado em proveito de uma força de todos e em proveito coletivo a resultante econômica dessas potências. Evitemos que a maioria dos agrônomos sejam obrigados, por forças de circunstâncias especiais, a seguir outras atividades tão diversas daquela em que alicerçou os seus conhecimentos. **Não se envergonhe da bela profissão em que ingressou, ao contrário, julgue-se superior aos outros e se invista do grande poder que poderá adquirir, no decurso do exercício profissional**”.⁸³

A apologia feita por este colaborador acerca da profissão do agrônomo exemplifica a representação que os profissionais das ciências agrárias faziam deles próprios e de suas funções sociais. Neste sentido, a valorização da profissão constituiu a pretensão destes atores em legitimar um saber agrônômico dotado de uma visão pragmática, preparado tecnicamente para apresentar soluções eficientes para os problemas da agricultura brasileira.

No início do século XX, foram fundadas importantes escolas agrícolas no país, que em sua maioria foram criadas como entidades estaduais ou federais destinadas a satisfazer necessidades locais e/ou regionais. A maioria delas fora influenciada pelo padrão norte-americano marcado por um caráter pragmático e tecnificado.⁸⁴ De acordo com Mendonça, este modelo

⁸² IBIDEM, idem, p. 22

⁸³ Medeiros, op. cit., p. 128 (grifos meus)

⁸⁴ Em 1918 uma missão chefiada pelo representante do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio

transformou-se no paradigma da agricultura moderna, “incorporando ao universo mental dos brasileiros à época: o paraíso da pequena propriedade altamente mecanizada e gerida segundo princípios de experimentação científica renovados.”⁸⁵

Essa visão técnica e pragmática, imbuída de um projeto social, se constituiu no traço característico de formação dos agrônomos destas diferentes escolas. É o caso, por exemplo, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ/SP (1901) criada por iniciativa estadual, e da Escola Superior de Agricultura e Medicina veterinária - ESAMV/RJ (1922), criada por iniciativa federal.

Contudo, ao analisar a organização curricular dessas instituições na obra *Agronomia e Poder no Brasil*, Sônia Mendonça identifica um *habitus* diferenciado, que presidiu modalidades diversas de intervenção junto à agricultura e ao espaço agrário brasileiro na Primeira República.⁸⁶ Sendo assim, as formas de ação sobre a realidade variaram segundo a origem escolar dos profissionais das ciências agrárias no Brasil.

Para os agrônomos da ESALQ, a educação era considerada como a única possibilidade de mudanças no campo, revestindo-se os trabalhadores de um tom ilustrado e pedagógico. O critério da moderna pedagogia proposta pelos agrônomos da escola de Piracicaba “consistia no ‘aprender vendo ou fazendo’ segundo o modelo norte-americano de ensino profissional massificado”.⁸⁷ Para eles, o conhecimento tinha um papel civilizador e o principal instrumento de intervenção na sociedade rural se daria pelas vias da educação.

Carlos Moreira, promoveu uma visita oficial a seis escolas de agronomia indicadas pelo governo de Washington, de modo a selecionar as mais adequadas aos estudantes brasileiros.

⁸⁵ MENDONÇA, Sônia Regina. *O Ruralismo Brasileiro: 1888-1931*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 90/91

⁸⁶ A autora utiliza o conceito de *habitus* presente na obra de Pierre Bourdieu no qual “os indivíduos dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem os produtores mais específicos de um sistema de ensino. Os homens formados em uma dada disciplina ou em uma dada escola, partilham de um certo espírito literário ou científico.” (Bourdieu *apud* Mendonça, 1998, p.13)

⁸⁷ Mendonça, *op. cit.*, 1998, 33

O modelo de intervenção proposto pelos agrônomos da ESAMV baseava-se na reorganização rural através da cooperativa. Para os profissionais diplomados pela Escola do Rio de Janeiro esta organização tinha uma função educativa na medida em que os técnicos poderiam instruir os associados colocando-os a par da moderna agricultura tal qual o modelo norte-americano. A educação profissional era considerada um elemento fundamental e deveria ser processada via cooperativa.

Um outro aspecto ressaltado na obra de Mendonça consiste na percepção da origem dos alunos destas instituições: a ESALQ tinha como princípio a formação de alunos oriundos do campo, filhos dos grandes fazendeiros. Para tanto, a estrutura curricular desta escola conotava muito mais a pesquisa e a investigação científica com ênfase no conhecimento científico experimental. Ao término do curso o aluno recebia o grau de agrônomo. Já o grupo da ESAMV era formado estritamente por profissionais técnicos, de extração urbana. Apesar de ter se configurado como um estabelecimento de ensino muito semelhante à escola de Piracicaba, a ESAMV integrou o projeto preocupado com a qualificação de técnicos, tendo em vista a preparação de quadros burocráticos destinados à administração nacional da questão agrícola. Ao término do curso o aluno recebia o grau de engenheiro-agrônomo.

Ainda que as representações veiculadas pelos agrônomos fosse procedente de suas trajetórias escolares distintas e mesmo possuindo um *habitus* diferenciado (agrônomo ou engenheiro-agrônomo), havia um denominador comum na agenda de intervenção destes cientistas: eles se sentiam porta-vozes da missão de modernizar a agricultura, pois possuíam o monopólio do saber agrônômico. Desta forma, construíram um paradigma de produtor rural moderno.

Assim, a atuação e o direcionamento científico dos agrônomos marcaria de forma significativa o processo de modernização da agricultura na década de 1930. Esse argumento se fundamenta na proposição de que as idéias e valores divulgadas para a sociedade rural com a intenção de promover a mudança cultural constituiu um indicativo da expansão do campo científico e tecnológico agropecuário. Neste percurso os agrônomos procuravam afirmar-se como legítimos profissionais para falar da agricultura.

A revista *O Campo* não fica alheia a este assunto. Interessada na divulgação da modernização agrícola, se mostra disposta em promover o debate entre agrônomos e engenheiros agrônomos. Do elenco de questões abordadas pela revista, foi possível identificar a posição destes cientistas no tocante ao projeto de intervenção no campo.

Para precisar este argumento vamos citar as duas posições publicadas na revista. Este episódio é bastante ilustrativo quando retomamos a questão de Pierre Bourdieu ao definir o campo intelectual como um sistema de linhas e forças no qual os agentes que o formam se opõe e se agregam conferindo-lhe uma estrutura específica.⁸⁸ Com relação aos agrônomos, entendemos que sua estrutura é definida pelas estratégias de legitimação que incluem a reafirmação da identidade dos agentes ou grupos em disputa bem como a consagração de suas competências. Neste campo, a ascensão de um grupo ou de outro outorga a uma das partes o exercício da hegemonia.

Uma das posições em defesa do caráter científico de profissionalização do agrônomo foi defendida por Octávio Domingues. Diplomado em agronomia pela ESALQ, Domingues iniciou sua carreira como professor de Zootecnia Geral e de Botânica Agrícola da Escola de Agronomia do Pará da qual foi um dos fundadores. Quando estudante foi diretor da revista agrícola

⁸⁸ Bourdieu, op. cit 1969

O Solo,⁸⁹ órgão do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz. Na década de 1930 ocupava o cargo de diretor do Departamento de Zootecnia da ESALQ, onde ministrava aula na cadeira de Zootecnia Geral, Exterior e Raças dos Animais Domésticos e Genética Animal. Naturalmente possuidor do perfil dos alunos *esalquianos*, em 1934 sintetizou o perfil do profissional da agronomia: “*se a profissão é **agronomia** o profissional deve ser o **agrônomo**... (verdadeiro ovo de Colombo...)”⁹⁰*

Esta defesa da profissão do agrônomo foi publicada paralelamente no mesmo ano em que o governo federal definiu o estatuto que regularizou esta profissão dando-lhe um caráter acentuadamente técnico e científico. A partir deste estatuto definiram-se duas categorias de profissionais das ciências agrícolas: o engenheiro-agrônomo possuidor de um caráter mais técnico, e que por este motivo era empregado nos quadros ministeriais; e o agrônomo, possuidor de um caráter mais científico.

Cabe acrescentar que ao longo da década de 1920 o governo tornou obrigatória uma fiscalização federal nas escolas de agronomia do país como pré-condição para o reconhecimento dos diplomas por parte do Ministério da Agricultura. Tal fiscalização não era aceita pela escola de Piracicaba, daí o motivo de seus formandos não gozarem de títulos equivalentes ao de engenheiro-agrônomo.⁹¹

Ainda assim, o caráter hegemônico da ESALQ conjugava-se no argumento discursivo de seus ex-alunos, favorecendo a configuração do profissional da agronomia. Em verdade, era a própria forma de inserção do agrônomo no universo agrícola que conferia relevância à profissionalização/escolarização do mesmo. Na citação abaixo, Octávio

⁸⁹ Esta revista foi fundada em maio de 1909 por iniciativa de um grupo de estudantes da ESALQ. Alunos e professores escreviam artigos neste periódico, cujo objetivo era divulgar a ciência agrônômica.

⁹⁰ DOMINGUES, Octávio. Agrônomo e Engenheiro Agrônomo. *O Campo*, Abril, 1934. (grifos do autor)

⁹¹ Mendonça op.cit., 1998.

Domingues chega a admitir o valor estratégico que teve quando o agrônomo, apresentando-se como engenheiro, se aproveitou do *status* da profissão.

“Há trinta ou quarenta anos atrás o título de engenheiro-agrônomo ou engenheiro-agrícola foi uma coisa bem achada. Principalmente para o Brasil, onde a agronomia era inexistente ainda, e onde o bifrontismo do título constituía uma defesa na luta profissional. Assim o engenheiro-agrônomo dedicava-se noventa e nove vezes sobre cem à engenharia, atirando a agronomia à margem de suas atividades. E a coisa corria bem”⁹².

A presença deste argumento diz respeito à própria gênese da institucionalização da profissão do agrônomo. Conforme já afirmamos, no decorrer do século XIX o estatuto do campo científico agrônômico ainda não estava definido devido ao progresso das ciências aplicadas à agricultura. Cientistas das diversas áreas das ciências naturais desenvolviam pesquisas a fim de serem aplicadas na agricultura. De acordo com Fabiani, a noção de pesquisa agrônômica era confusa tanto para os usuários que a assimilavam quanto para os agrônomos, visto que estes não tinham ainda os meios de representar sua atividade como efetivamente científica.⁹³ É neste sentido então, que Domingues admite o fato positivo de sua especialização ter brotado a partir do *status* de outra profissão. No entanto, a emergência da agricultura capitalista representou, a seu ver, o momento propício para se constituir o campo científico-agronômico. Assim, percebendo o desenvolvimento da agronomia defende o reconhecimento da profissão, tendo em vista que o próprio desenvolvimento capitalista a tornava imperiosa.

⁹² Domingues, op.cit, *O Campo* 1934 (grifos meus)

⁹³ Fabiani *apud* Mendonça, 1998, p. 22

“(…) No Brasil, então, as coisas se orientaram de tal modo que a atividade do terreno da agronomia absorveu completamente a atividade do terreno da engenharia, positivando-se a inutilidade do acasalamento. Sobretudo agora com a regulamentação das profissões do engenheiro e do agrônomo... Regulamentação das mais sábias e inteligentes, pondo cada um dentro do círculo exato, preciso das suas funções”.⁹⁴

Uma outra perspectiva abordada por Domingues corresponde à dimensão simbólica do saber agrônômico. Interessado em promover a necessidade do recurso ao serviço dos profissionais deste campo de saber, este cientista faz questão de demonstrar a especialização de sua área, que ao abrigo da ciência, da técnica e da administração configuraria um novo corpo de especialistas interessados em promover o progresso científico no campo:

(...) Se examinarmos a bagagem científica do profissional da agronomia verificaremos que mais de dois terços de seus conhecimentos estão dentro da química e especialmente da biologia. O restante fica dividido em dois grupos: um correspondente à matemática e à física, matérias mais próprias do engenheiro e outro que se refere às ciências sociais (economia rural, etc). respeitando-se essa proporção o título de engenheiro agrônomo é falso, é errôneo. Mais acertado seria Bio-químico-agrônomo.”⁹⁵

Seria este o perfil do agrônomo: um conhecedor do campo científico da química e da biologia, habilitado para viabilizar o projeto diversificador e modernizador da agricultura capitalista. Tal intenção enunciava-se na luta pela institucionalização do saber agrônômico que, segundo Domingues, já contava com um campo delimitado, portanto, a adoção de um título único era imperativo para que não houvessem confusões acerca da especialização do profissional. É válido ressaltar que a visão de ensino prático da ESALQ dava ênfase na investigação e na experimentação, conotando-se mais a pesquisa e a investigação científica, determinando assim, o *habitus* adquirido pelos seus

⁹⁴Domingues, op. cit, *O Campo*, 1934

⁹⁵ IBIDEM, idem

alunos.⁹⁶ Podemos concluir que a aplicação da ciência no campo estava mais voltada aos assuntos referentes ao aprimoramento de insumos agrícolas tais como melhoria de sementes etc. Não à toa, Domingues afirmava que:

“(...) a agronomia avolumou-se de modo imperioso, aumentou de mérito sensivelmente, **operando-se uma transformação na mentalidade do profissional científico de agricultura, o qual devia não mais ficar nos conhecimentos da física e da matemática, aplicada ao seu mister, porém aumentar extraordinariamente o seu preparo no domínio da química, com Liebig, e da biologia, com Mendel**”.⁹⁷

Talvez possamos entender as proposições de Octávio Domingues dentro do quadro delineado por Simon Schwartzman ao analisar a importância da ciência aplicada para a pesquisa geológica no Brasil na década de 1920. De acordo com Schwartzman, no que concerne a esta área da ciência havia um choque de idéias entre os cientistas e os técnicos na medida em que ambos possuíam opiniões divergentes sobre o papel que deviam ter no crescimento econômico do Brasil. Enquanto os primeiros (principalmente os Ex-alunos da Escola de Ouro Preto) tendiam a considerar-se servidores públicos, responsáveis pela condução do país pela rota do progresso defendendo o controle da riquezas naturais pelo Estado, os técnicos (alunos formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro) muitas vezes combinavam uma função

⁹⁶ Mendonça, op. cit. 1998, p. 78-91. De acordo com Sônia Mendonça, a Escola de Piracicaba integrava-se ao projeto de diversificação da agricultura regional. Tal fato já encontrava-se bem-sucedido, pois desde 1910 o estado de São Paulo já se achava auto-suficiente quanto ao abastecimento de matérias-primas agrícolas necessárias tanto à sua indústria quanto ao seu consumo.

⁹⁷ Domingues, op.cit. 1934. Quanto a posição de Octávio Domingues acerca da profissionalização do agrônomo gostaria de ressaltar que este cientista foi uma figura importante dentro do movimento eugênico brasileiro. Ele constituiu-se como um importante divulgador da genética mendeliana no país e publicou vários textos referentes à eugenia. Não é nossa pretensão abordar suas posições eugênicas pois isto ultrapassaria o objetivo deste trabalho. No entanto, é válido consultar sobre este assunto o trabalho de Nancy Stepan a saber: *Eugenics in Brazil 1917-1940*. in *The welborn Science – Eugenics in Germany, France, Brazil and Rússia*, edited by Mark B. Adams. New York – Oxford University Press, 1990.

técnica com atividades empresariais, executando trabalhos para o Estado ou associando-se a grandes grupos econômicos nacionais ou estrangeiros.⁹⁸

O desdobramento mais importante quanto a este aspecto reside no fato de terem existido divergências dentro do campo de institucionalização de uma profissão científica, como foi o caso dos agrônomos. Logo, para um cientista imbuído do *habitus* esalquiano como Octávio Domingues, por exemplo, a defesa da profissão de agrônomo conformava o sentimento da sua própria identidade científica. A conclusão que ele tirava desses argumentos, em certos casos, infundia a união entre os profissionais deste campo científico visto que os mesmos lutavam por sua afirmação profissional. Neste sentido,

“O regionalismo, entre os agrônomos, há tomado por vezes uma feição condenável, feição que desfigura a nobreza de nosso próprios ideais. Não se cogita propriamente da terra de origem, mas da escola em que se formou o técnico. Verdade é que aos poucos vemos criar-se outro ambiente, que não este, mas é preciso apressar essa evolução, é preciso ‘nacionalizarmos’ – se me permitem a expressão – nacionalizarmos o agrônomo para maior elevação intelectual das próprias atividades profissionais.”⁹⁹

Uma segunda posição publicada na revista *O Campo* acerca da intervenção dos agrônomos no universo rural, enfatizava o combate à ignorância, apatia e miséria do homem rural através da agremiação, numa só entidade, de técnicos e agricultores associados nos segredos da moderna agricultura. Esta proposição era defendida pelos engenheiros-agrônomos que viam na educação profissional, via cooperativa, uma forma de promover a mudança cultural do homem do campo.

Legitimados pelo seu saber e sua profissionalização, esses cientistas consideravam-se porta-vozes do progresso, e, por conseguinte, civilizadores da sociedade rural. Era a partir dessa posição que divulgavam o novo modelo

⁹⁸ SCHWARTZMAN. Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001

⁹⁹ *O Campo*, Julho, 1934.

de agricultura, baseado no *habitus* esamviano. Esta idéia pode ser ilustrada através do memorial apresentado ao interventor federal do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1932, pela Sociedade Brasileira de Agronomia em defesa da profissão do agrônomo e de seus direitos no exercício de funções técnicas referentes à agricultura:

“A agronomia procura a descoberta entre as relações mútuas, entre os conhecimentos humanos tirados das diversas ciências: agrologia, botânica, zoologia, economia rural; ela deduz as regras que devem guiar o agricultor no exercício da profissão; ela tem por fim explicar todos os fenômenos complexos da produção das matérias orgânicas vegetais e animais; ela é que põe em ação as causas e os efeitos imediatos de todos os processos da técnica agrícola. **Assim, pois, em síntese é o profissional da agronomia o que perscruta as leis da produção animal e vegetal e, diante do exposto, fica bem acentuada a complexidade da profissão do agrônomo**”.¹⁰⁰

De acordo com esse argumento, a especialização do saber agrônômico ia além das matérias mais específicas da ciência, portanto, seria a partir da visão de conjunto do trabalho do técnico, enquanto engenheiro-agrônomo, que se poderia elaborar projetos de intervenção modernizantes qualificando-os como agentes adequados em combater o atraso da agricultura no país.

Além disso, o exemplo norte-americano do ensino profissional agrícola tecnificado foi uma constante na fala dos agrônomos, que viam na figura do *farmer* o verdadeiro paradigma da racionalidade produtiva a ser imposta ao homem do campo pelas vias da ciência.

“Onde foram buscar os Estados Unidos da América do Norte o seu incontestável fastígio no concerto das nações mais cultas do mundo hodierno, erigindo-se na mais formidável democracia de que há memória nos fatos da história? A técnica agrônômica da grande democracia atingiu um tal nível de aperfeiçoamento, que nela, pode dizer-se, repousa a segurança de suas instituições. Onde a razão básica dessa situação? **Reside ela na preeminência dada ao técnico, saído de suas modelares escolas de agricultura.** (...)A existência de um

¹⁰⁰ *O Campo*, fevereiro, 1932.

povo é uma associação orgânica de esforços. Todas as suas partes componentes devem ligar-se por interesses recíprocos. Porque então não elevarmos o técnico, o profissional agrícola ao plano que deve ocupar em nosso âmbito social?”¹⁰¹

Como se percebe a presença do técnico no campo combinava-se com a proposta de racionalização da produção, não sendo por acaso, portanto, que muitos exemplos de iniciativas bem-sucedidas fossem apoiados no modelo de agricultura norte-americano. Por outro lado, o conhecimento científico e tecnológico agropecuário conferia um relativo poder aos agrônomos para intervir na sociedade rural brasileira e no espaço político que estava sendo redefinido na década de 1930. Queda & Tamás Szmrecsányi assinalam que neste período, fosse através da criação de novos órgãos governamentais ou através dos já existentes, a assistência técnica governamental tornou-se permanente para os produtores e grandes culturas nacionais.¹⁰²

Na revista *O Campo* podemos encontrar argumentos que enfatizam o lugar social do agrônomo formado pela ESAMV. Este é o caso, por exemplo, do discurso proferido pelo engenheiro-agrônomo Alcides Franco na ocasião da comemoração dos vinte e cinco anos da instituição:

“(...) E vemos que **são igualmente filhos desta casa os que hoje ocupam os mais elevados postos nos serviços técnicos do Ministério da Agricultura**, provando com o seu zelo, a sua competência, o seu labor que nessa Escola se conseguiu transmitir a orientação científica, a pesquisa segura que só se aprende nos laboratórios, ao lado de professores com grande entusiasmo pelo ensino.”¹⁰³

A origem desse eixo discursivo pode ser rastreada nos anos vinte, onde a reivindicação de cientificidade e técnica tornou-se imperativo na

¹⁰¹ IBIDEM, idem.

¹⁰² Queda & Szmrecsányi, 1972, passim.

¹⁰³ *O Campo*, Dezembro, 1937 p. 17

constituição profissional agrônômica. Nesse sentido, de acordo com Sônia Mendonça:

“A figura do agrônomo era a pedra de toque do chamado ‘projeto regenerador’ da agricultura brasileira na República Velha. Para ampliar seu quadro de profissionais especializados, os titulares do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio lançaram mão de três procedimentos: a instalação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em 1912; o estabelecimento do intercâmbio com universidades norte-americanas e a instituição da obrigatoriedade do diploma de agrônomo para o preenchimento dos postos centrais do órgão. Por essa via consubstanciava-se um corpo de agentes legitimados pela competência técnica.”¹⁰⁴

Foi a partir desta posição que a ESAMV integrou o projeto de um grupo preocupado com a efetiva qualificação de técnicos e não necessariamente de filhos de grandes proprietários (como no caso da formação dos agrônomos da ESALQ). Fundamentalmente o *ethos* esamviano baseava-se no “aprender fazendo”, cujo destino último seria o alto e médio escalão da burocracia estatal e não a sua própria fazenda. Neste sentido, e por sua formação, seriam os agrônomos que indicariam o que, como e onde produzir imprimindo uma orientação cada vez mais técnica de seus discursos e práticas.

A ênfase nesse tipo específico de formação do agrônomo expressa a utilização instrumental do conhecimento destes profissionais. É o que podemos observar no trecho de um artigo publicado no *O Campo* acerca da atividade desenvolvida pelo engenheiro-agrônomo Roberto Sanson:¹⁰⁵

¹⁰⁴ Mendonça, op.cit., 1997, p.156.

¹⁰⁵ Roberto Sanson entrou para a ESAMV como professor substituto da cadeira de Mecânica, Topografia e Estradas de Rodagem. Nesse cargo permaneceu até 1934, quando por ocasião da reforma da escola, foi nomeado professor catedrático de Topografia, Hidráulica e Construções. Convém assinalar que no ano de 1934 a ESAMV foi desmembrada em duas instituições distintas: a Escola Nacional de Agricultura (ENA) e a Escola Nacional de Veterinária (ENV). Ver: Mendonça op. cit. 1998, p. 134

“Roberto Sanson, trabalhando na reforma e modernização do leito da Estrada de Ferro Leopoldina, **pôde ver de perto os problemas da baixada fluminense, e o quanto de colaboração eficiente pode prestar o engenheiro-agrônomo na solução dos transportes rurais, do saneamento, da exploração do solo, etc. daquela vasta região**”.¹⁰⁶

Essa citação é suficiente para compreendermos de que maneira os engenheiros-agrônomos inserem a necessidade de seus serviços no interior. Seriam eles também aqueles que, por sua formação iriam afirmar-se nas instâncias burocráticas do Ministério da Agricultura.

Por certo, estes cientistas se investiram da necessidade de intervirem no sertão a partir de suas visões sobre modernidade. Desta forma, o projeto de um campo tecnicamente modernizado, racionalizado produtivamente e capaz de satisfazer as necessidades impostas pelo processo de urbanização e industrialização *dependia da união da classe agrícola e do cooperativismo*, é o que vai nos informar um colaborador do *O Campo*:

“A grande questão agrícola da nossa época, é a da coordenação da produção, e isso só se consegue pelo estudo inteligente dos mercados e pelo regime cooperativista e do crédito. Temos, portanto, que coordenar as nossas forças agrárias para a conquista de mercados externos e a garantia dos centros consumidores do próprio país. Só assim poderemos instituir uma inteligente política econômica, capaz de corrigir os desequilíbrios que ora afetam a quase todas as esferas da atividade nacional”.¹⁰⁷

Segundo o trecho transcrito, o problema da evasão de capitais e o abastecimento interno deveria ser solucionado pela produção agrícola de nossas próprias terras, sendo preciso a coordenação da produção e o investimento no cooperativismo e no crédito agrícola. A discussão acerca deste projeto será tratada no tópico seguinte. Apenas gostaríamos de chamar

¹⁰⁶ *O Campo*, Novembro 1937.p. 18 (grifos meus)

¹⁰⁷ *O Campo*, fevereiro, 1933.

atenção para o colaborador/autor deste trecho extraído de um artigo: trata-se de Arthur Torres Filho.

Este agrônomo diplomou-se pela ESALQ no ano de 1910. No período compreendido entre 1921-1931 ocupou um cargo considerado relevante no Ministério da Agricultura: o de diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola. Em 1933 prestou concurso de catedrático para a Escola Nacional de Agronomia (ex-ESAMV), aí permanecendo até 1940. Ainda no ano de 1933 entra para o corpo editorial da revista *O Campo*, assumindo o cargo de redator-chefe do periódico.¹⁰⁸ Foi um colaborador freqüente da revista e seus artigos referiam-se sempre às questões atinentes à organização produtiva pelas vias da cooperativa e do crédito agrícola.

A nova orientação assumida por Torres Filho nos permite concluir que o mesmo foi capaz de “redirecionar”, sob as transformações da década de 1930, suas propostas de modernização voltados para a sociedade rural. Vale acrescentar que Torres Filho foi o único aluno da ESALQ que prestou concurso para a escola Nacional de Agricultura (ENA). Voltando a questão de Bourdieu, já citada neste capítulo, vale lembrar que estes atores estão sendo considerados dentro do seu campo intelectual onde ao mesmo tempo em que se opõe eles também podem se agregar.

Para estes cientistas a agricultura racional e moderna só poderia ser garantida através da construção de uma nova ética do trabalho fundamentada na cooperativização e no abandono de tradições.

Lembremos, antes de tudo, que para uma vertente da historiografia brasileira uma das características herdadas de nossa tradição ibérica foi justamente a falta de coesão social. De acordo Sérgio Buarque, a falta de coesão em nossa sociedade não correspondeu a um fenômeno moderno, pois uma característica bem peculiar ao povo ibérico consistiu no valor que

¹⁰⁸ Mendonça, op. cit, 1998 p. 31.

atribuíam à autonomia de cada um dos homens, ou seja, do bastar-se a si mesmo sem que precisasse depender de ninguém.¹⁰⁹ Seguindo esta linha, podemos afirmar que é também este tipo de tradição que os cientistas/agrônomo da revista *O Campo* estão querendo transformar. Dentro de tais parâmetros, a associação dos trabalhadores rurais impunha-se como alternativa diante do avanço do capitalismo moderno. Nas palavras de Arthur Torres Filho, concluindo sobre a necessidade da expansão econômica do Brasil:

“Infelizmente são raríssimas as iniciativas no Brasil dos próprios agricultores se agruparem em associações de venda, quando é a maior tendência, em matéria de cooperação, dos nossos dias. (...) Só nos resta o recurso da educação do produtor, procurando substituir sua ação individual pela coletiva”.¹¹⁰

Generalizava-se, por essa via, o projeto de modernização agrícola que novamente legitimava a categoria profissional do agrônomo à condição de intermediários entre o tradicional e o moderno, entre o trabalhador rural e a ciência. Enfim, podem-se extrair das propostas divulgadas por estes cientistas, as idéias de integração e cooperação; a forma apresentada para a organização do trabalho e as tentativas de construir uma nova mentalidade no mundo rural. É o que podemos observar no mesmo artigo de Torres Filho:

“Para o vinho e seus sub-produtos, a cooperativa! Para o tabaco e as essências, a cooperativa! Para os legumes e toda a espécie de frutas, a cooperativa! Qualquer que seja a importância da colheita, todo colono e todo indígena pode remeter seu produto à cooperativa”.¹¹¹

¹⁰⁹ Holanda, op.cit, 1995, p. 32

¹¹⁰ *O Campo*, Fevereiro, 1933, p. 11

¹¹¹ IBIDEM, idem. (ênfases do autor / grifos meus)

Ao considerar a visão de mundo presente no discurso deste colaborador da revista *O Campo*, é possível avaliar suas reações às novas condições de produção que se impunham no Brasil da década de 1930 e concluir que o imaginário moderno difundido por esses agentes se caracterizou, principalmente, pela conjugação da celebração da ciência e da técnica como fonte de libertação da tradição existente no espaço agrário brasileiro.

Não é nossa intenção afirmar que isto aconteceu de forma rápida e harmoniosa, tendo em vista que, para que esse programa de modernização fosse realizado era necessária a mudança de *ethos*. Talvez seja mais correto afirmar que as idéias e propostas veiculadas na revista *O Campo* impunham um disciplinamento nas formas de produzir e ganhar, e, em última instância com o abandono da tradição ibérica.

Dessa forma, os agrônomos que escrevem artigos no periódico *O Campo* constituem-se como um grupo, que, informados pelo sentido de sua missão social assumem a tarefa de impulsionar os valores considerados modernos na agricultura. Nesse processo, o contraste *sertão x campo* parece pertencer a um novo ideário no qual o *campo* constitui a representação simbólica do *sertão* agora informado pelo paradigma da ciência e da técnica.

A partir destas observações, acreditamos que já seja possível identificar a forma pela qual os cientistas envolvidos no projeto de modernização do sertão se apropriaram do imaginário de modernização agrícola. O ponto que propomos nesta reflexão sugere a idéia de uma aproximação das concepções do movimento sanitarista da década de 1910/1920 com a matriz discursiva construída pelos cientistas da revista *O Campo*. Mediante essa combinação, talvez possamos dizer que o problema do sertão diagnosticado pelo movimento sanitarista era, em última instância, o abandono e a doença e a única terapia possível seria o saneamento deste espaço geográfico. Já para os colaboradores da revista *O Campo*, o problema do sertão na década de 1930

consistia na tradição em trabalhar a terra na exata medida das necessidades vitais do caboclo, e a única solução possível seria a mudança cultural. Neste quadro dois elementos assumem a missão de intervir no sertão: na década de 1910/1920 este ator é o sanitарista e na década de 1930 quem quer operar esta mudança é o engenheiro-agrônomo. De uma maneira quase inusitada é possível dizer que para os atores da mudança em 30, a tradição era uma doença que impedia o desenvolvimento racional da vida do homem do campo. Resgatando um pouco a linha proposta no primeiro capítulo deste trabalho, acreditamos que, de um modo geral, os cientistas/colaboradores da revista *O Campo* se revestem da armadura sanitарista para apontar terapêuticas de melhorias no campo.

Desta forma, a intenção de romper com o passado tradicional, caracterizado pela herança colonial, constituiu um traço característico da penetração progressiva de uma nova ordem capitalista. Esse ideário consistia na valorização do trabalho como um fim em si mesmo, onde o caboclo – idealizado enquanto *farmer* – poderia transformar seu modo de vida.

3.2-O trabalho como vocação – o caipira que vira *farmer*

No primeiro capítulo deste trabalho identificamos que uma primeira mudança para a população do sertão corresponderia a uma atuação mais contundente do governo federal nas áreas abandonadas do país. Redescoberto pelo movimento sanitарista, o sertão foi identificado como representação mais autêntica de nossa nacionalidade visto que este não era concebido como um lugar artificial ou uma civilização de cópia tal como considerado o litoral. Neste ambiente o discurso sanitарista ganhou uma amplitude nacional na qual envolveram-se cientistas e intelectuais no projeto de construção da

nacionalidade. Em última instância este movimento “constituiu uma possibilidade de finalmente promover uma conciliação entre o litoral e o sertão.”¹¹²

Resgatando um pouco a linha que propomos no primeiro capítulo, na qual não houve uma descontinuidade entre as propostas de intervenção no sertão da década de 1910/1920 e as propostas de modernização da década de 1930, podemos entender a posição dos cientistas de 30 em promover uma mudança cultural para o mundo rural baseado no ideário do trabalho como vocação. Segundo Daniel Pécaut, a questão que mobilizou os intelectuais dos anos 20 a 45 derivou da constatação da ausência de um verdadeiro tecido social que pudesse estabelecer a ordem nacional.¹¹³ Os cientistas que colaboram para a revista *O Campo* fazem parte deste grupo, que identificou na necessidade de modernização do mundo rural um elemento crucial para a instauração da ordem e da nacionalidade. Como conteúdo dessa afirmação destacam-se a valorização do trabalho enquanto ética, a racionalização da produção e a intervenção direta no campo.

É certo, contudo, que esta transformação deveria ser assegurada ao meio rural, legitimando a função social do engenheiro-agrônomo, ao qual caberia – junto com outros profissionais da área científica (médicos, sanitaristas, etc) - a tarefa de remodelar o mundo rural promovendo a integração da população do sertão. E é isto que parece acontecer no discurso destes atores, conforme podemos observar no argumento de Arthur Torres Filho:

¹¹² WEGNER, Robert. Sertões Desvendados. In *DADOS* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol 43, n° 3, 2000, p.615.

¹¹³ Pécaut, op. cit, 1990.

“Já é tempo, portanto, de abandonarmos a preocupação exclusiva dos *melhoramentos urbanos*, isto é, os *de simples fachada*, enveredando resolutamente pela *nova política agrária*, **procurando integrar o homem no ressurgimento das forças econômicas do Brasil**”.¹¹⁴

A esta idéia estava articulado o reconhecimento do melhoramento das condições de vida da população que ultrapassava a questão meramente produtiva, atingindo especialmente a esfera cultural e comportamental dos indivíduos. Logo, era necessária a moralização da idéia de trabalho, fato que seria possível com a implantação de um novo regime de propriedade e produção, baseado na pequena propriedade e na diversificação dos produtos agrícolas.

“O melhoramento das condições da vida depende de uma produção abundante, variada e estável. (...) Isso serve para demonstrar, mais uma vez, residir no labor dos campos, um dos fatores mais eficientes do progresso nacional. (...)”¹¹⁵

Uma outra percepção acerca da intervenção no campo conjugava o princípio da organização produtiva, o que iria possibilitar a modernização do trabalho do homem rural. Assim, era também um imperativo da razão nacional voltar-se para a produção agrícola do sertão.

“Grande parte de nossa população rural vive na penúria, pelo fato do trabalho do agricultor não ser devidamente compensado e por reinar a desordem na produção agrícola. O Brasil precisa ir buscar no meio nacional as fontes de vida, despertando as regiões decadentes ou adormecidas para novos surtos de progresso”.¹¹⁶

É a partir de diagnósticos como este que os colaboradores da revista *O Campo* idealizam o caipira enquanto *farmer*.¹¹⁷ Nesta concepção o trabalhador

¹¹⁴ TORRES Filho, Arthur. Nova Política Agrária. In *O Campo*, Abril, 1933. (ênfases do autor / grifos meus)

¹¹⁵ idem.

¹¹⁶ Idem.(grifos meus)

¹¹⁷ O *farmer* é o fazendeiro norte-americano bem-sucedido que produz na pequena propriedade cooperativada

do campo poderia racionalizar suas formas de intervenção na natureza, transformando seu trabalho mais eficiente e rentável:

“Os roceiros são mais inteligentes do que se pensa. Unicamente eles tem a inteligência e a iniciativa paradas, ‘ancoradas’ no que vêem ao seu redor e no respeito do que aprenderam dos seus antepassados: a rotina (...) É necessário espreitar-lhes o interesse e a atenção, cobertos pela crosta espessa da rotina e ignorância, e o meio único de convencê-los será a prova evidente e indiscutível dos resultados obtidos pelos processos modernos, ao lado dos seus campos rotineiros.”¹¹⁸

A leitura desta citação indica o caminho particular de modernização que a revista *O Campo* quer operar, ou seja, o processo de transição da economia de subsistência para a economia capitalista. Tratava-se, pois, de mudar um modo de ser, pois a opção pela rotina não traria benefícios ao homem do campo e nem tampouco o seu ajustamento ao mundo moderno. As representações simbólicas do moderno eram transformadas em imagens como exemplificam as figuras 1, 2, 3 e 4 no apêndice.

Uma outra forma de ler este contexto está bem próxima à idéia que Maria Isaura Pereira de Queiroz introduz em seu artigo sobre o mundo rural e o mundo urbano no Brasil. De acordo com esta autora, quando as cidades se transformaram pela adoção de um novo gênero de vida, os sitiantes tradicionais de São Paulo se viram repelidos. A industrialização desencadeou um processo de crescimento muito rápido das cidades, que não podiam mais depender, para seu abastecimento, de uma produção agrícola baseada num trabalho rural rudimentar.¹¹⁹ Pouco a pouco a agricultura tradicional teve que ser transformada, estabelecendo-se uma dicotomia entre tradição e

uma diversidade de produtos agrícolas (frutas, hortaliças, verduras, etc) que abastecem o país internamente.

¹¹⁸ *O Campo*, Janeiro, 1932, p. 109. (grifos meus)

¹¹⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do Rural e do Urbano no Brasil. In QUEDA, Oriowaldo & Tamás Szmrecsányi (orgs). *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

modernidade. Isto nos leva à observação do que Max Weber aponta como formação de uma mentalidade capitalista.

Em *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*, Weber nos lembra que o advento do capitalismo só foi possível graças ao *ethos* que orientava comportamentos sociais em relação ao trabalho. De acordo com o autor: “O homem não deseja ‘naturalmente’ ganhar mais e mais dinheiro, mas viver simplesmente como foi acostumado a viver e ganhar o necessário para isso.”¹²⁰ Este tradicionalismo orientador do trabalho pré-capitalista foi, segundo Weber, um dos principais obstáculos do capitalista moderno. O autor aponta que a redução dos salários dos trabalhadores não correspondia a melhor solução para este problema. O trabalho deveria ser executado como se fosse um fim absoluto em si mesmo, como uma vocação. “Tal atitude não é produto da natureza. Não pode ser estimulada apenas por baixos ou altos salário, mas só pode ser produzida por um longo e árduo processo educativo”.¹²¹

Este processo educativo tal qual Weber descreve em sua análise ajuda a esclarecer a forma com que os cientistas que escrevem no *O Campo*, pensam a tradição. Acreditamos que para estes cientistas o ideal de transformação do agricultor, além de estar pautado na higiene, valorizava o trabalho e a educação do caboclo como valor moral de sua transformação cultural.

Assim, a educação é concebida como elemento capaz de reforçar a mudança cultural, colocando a racionalização da vida social como uma necessidade inquestionável da superação da rotina de trabalho, que até então predominara como algo fixo e congelado.

¹²⁰ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001 (p. 51)

¹²¹ IBIDEM, idem, p. 53

“O trabalhador rural até aqui só tem trabalhado pelos processos mais empíricos que imaginar se possa. **A intensificação de escolas agrícolas significa a renovação da mentalidade da modesta camada social que vegeta pelo interior do país, na mais triste condição de abandono.** Entretanto muito poderá dele esperar-se. A nossa flora é riquíssima de vegetais produtores de fibras, gomas, resinas, etc. Esses produtos industrializados convenientemente representam riqueza. Além disso, suficientemente preparado o homem rural poderá confeccionar uma série de artigos (tapetes, redes, mobílias, etc) de fácil colocação nos mercados”.¹²²

Entretanto, para que a escola pudesse cumprir tal papel, os cientistas proclamavam a necessidade da educação ser reconhecida como função pública, e, portanto, como responsabilidade do Estado. É o que podemos observar na proposta do engenheiro agrônomo Newton Beleza:

“Os conhecimentos da técnica agrícola são, todavia, os que se tornam indispensáveis à esmagadora maioria do nosso povo e em toda vastidão do território nacional. (...) Convençamo-nos de que é imprescindível ensinar agricultura nas escolas primárias do país, de modo que a alfabetização se apresente às crianças com o cunho da vida real concernente ao nosso meio. (...) **Que seja esta uma das conquistas da República Nova.** (...) Em todos os técnicos do Ministério da Agricultura renascerão maiores esperanças para o conseguimento de racionalização de nossa agricultura, convertendo-a a métodos seguros, desde que se trate do preparo de crianças ainda não afeitadas à rotina e não endurecidas na sua resistência”.¹²³

Uma outra função pública atribuída ao Estado era a educação sanitária. Os articulistas da revista *O Campo* compartilhavam a idéia de que os camponeses apresentavam opilações como amarelão, cansaço e impossibilidades de maiores esforços devido ao seu abandono, à falta de instrução e o desconhecimento de noções de higiene prática, por essa razão:

¹²² *O Campo*, Abril, 1936, p. 21. (grifos meus)

¹²³ *O Campo*, Março, 1932, p. 59 (grifos meus)

“As municipalidades devem resolver este problema, cuja solução se achará quando se adotar nas escolas primárias o ensino de noções práticas de higiene e agronomia. Então, os filhos dos camponeses, de posse dessas noções, se encarregarão mais tarde, praticando-as, de transmita-las, melhorando o estados sanitário dessas localidades”.¹²⁴

Tais necessidades certamente guardavam uma relação estreita com a idealização de um novo homem do campo. Assim, este processo de transformação do mundo rural através da mudança de *ethos* se desenhou, na revista *O Campo*, com base na percepção de que a tradição colonial associada ao abandono e a falta de saneamento da população do sertão não propiciaria uma ética do trabalho. Desse ponto de vista a educação era encarada como o instrumento da mudança e a ciência seria o elo unificador deste instrumento. Mais do que isso, ao nosso ver, é neste processo que podemos identificar o papel pedagógico da ciência e sua missão civilizadora.

Creio que seja possível, neste ponto, resgatar um argumento proposto por Nísia Trindade Lima que identifica no discurso de Monteiro Lobato a ênfase na higiene como espécie de evangelho, algo muito próximo ao *ethos* protestante que valoriza o trabalho como um fim em si mesmo.¹²⁵ De acordo com este discurso, citado pela autora, ao passar a acreditar na ciência médica e a seguir seus preceitos, o Jeca poderia se transformar em um novo homem. Livre da doença tornar-se-ia produtivo e, em pouco tempo, um próspero fazendeiro. Mais do que isso: ele poderia modernizar a sua propriedade, introduzir tecnologias na lavoura e transformar-se não apenas em um homem rico mas em um incansável educador sanitário que transmitiria a seus empregados os conhecimentos que aprendera.¹²⁶

Segundo Lima, a característica mais importante deste argumento de Monteiro Lobato é o fato de a ressurreição do Jeca Tatu implicar na superação

¹²⁴ FREITAS, Augusto. “Pela Saúde dos Camponeses”. *O Campo*, 1931, Fevereiro, p. 13.

¹²⁵ Lima, op. cit. 1998

¹²⁶ Lobato *apud* Lima 1998, p. 147.

da mentalidade tradicional do caboclo, que não se interessava mais em trabalhar apenas para viver. É justamente esse ideário que os articulistas da revista *O Campo* procuram, por meios diversos, propagar entre os homens do campo; ou seja, a superação da sua mentalidade rotineira, do não trabalhar apenas na exata medida das necessidades imediatas e de valorizar o trabalho como um fim em si mesmo.

É difícil não deixar de aproximar estas idéias ao que Sérgio Buarque apresenta como aspecto de nossa tradição, ou seja, os nossos colonizadores naturalmente cultivavam o “amor ao ócio antes que o negócio”. Ainda neste contexto, podemos resgatar um outro argumento do autor de *Raízes do Brasil* para exemplificar a idéia de tradição. De acordo com o autor, “*nossos colonizadores, eram antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina*”.¹²⁷

Na revista *O Campo* essa questão surge orientada por uma nova ética, caracterizada pela racionalização da produção e pela celebração da ciência enquanto instrumento de intervenção. Entende-se, portanto, que a modernização agrícola, segundo a visão dos articulistas da revista, dependia de uma mudança de mentalidade que só poderia ser desencadeada por meio da valorização do trabalho e da educação. Assim, além de envolver um “longo e árduo processo de educação”, conforme se refere Weber ao espírito do capitalismo, a superação da tradição rotineira era um ideal a ser alcançado.

Verifica-se assim, que nesse projeto a ciência é concebida como um elemento integrador das propostas educacionais e sanitárias, sendo, portanto, capaz de operar transformações na organização social, integrando o homem do sertão à nação e afirmando o valor do interior em relação ao litoral.

Dentro deste contexto, acreditamos que a estratégia de idealizar um novo homem do campo tinha por objetivo tornar sertão/litoral não mais

¹²⁷ Buarque op. cit, p. 52

campos opostos mas partes integrantes da totalidade social. O tom desse consenso seria dado pela validade atribuída aos projetos de modernização do sertão embasados no conhecimento científico. Tais projetos guardam uma relação estreita com a idéia de um sertão que poderia ser integrado e modernizado.

4 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho observamos que as mudanças sociais projetadas para o sertão brasileiro representaram uma continuidade dos ideais sanitaristas das décadas de 1910/1920. Ao olhar para as idéias formuladas acerca do sertão, como espaço esquecido pelo poder público, recorremos ao conceito de *intelligentzia*. Enquanto estratégia simbólica, vimos que os ideais sanitaristas estabeleceram novos marcos e forneceram novas valorações aos princípios e idéias modernizadoras propostas para o espaço rural na década de 1930.

A leitura dos artigos da revista agrícola *O Campo* levou-nos a desvendar as imagens e símbolos subjacentes ao discurso do editor e dos colaboradores do periódico, que se autodenominaram missionários do projeto de modernização agrícola. Percorrendo esse caminho, tentamos demonstrar a postura desses atores diante das novas condições que se impunham nos anos trinta.

A partir da oposição entre tradicional/moderno procuramos identificar de que maneira os articulistas do periódico *O Campo* pensaram a cultura tradicional do homem do sertão. Para esses cientistas, a rotina caracterizava a moral dos trabalhadores rurais, ditada pela lei do menor esforço e pela acomodação. Acabar com a rotina implicava em eliminar práticas de cultivo socialmente reconhecidas e generalizadas entre os trabalhadores do campo.

A expectativa desses atores era difundir a agricultura científica/moderna, fundamentada nos princípios das ciências agrônômicas e naturais, a fim de superar as irracionalidades de uma agricultura de tipo

primitivo, marcada pelos hábitos negativos herdados dos tempos coloniais. Achamos conveniente destacar que os articulistas do *O Campo* não identificavam uma funcionalidade no modo de trabalhar a terra por parte do homem do sertão. Para tanto, colocamos lado a lado o argumento dos articulistas do periódico do estudo clássico de Antônio Cândido, entendendo que, para o autor de *Os parceiros do Rio Bonito*, o homem do sertão vivia isolado, com uma mentalidade pré-capitalista, e que, neste mundo, sua cultura era funcional na medida em que satisfazia suas necessidades mais imediatas.

Nesse contexto, percebemos que, às propostas de racionalização da produção e implantação da ciência na agricultura em geral, estava atrelado o ideário de integração do homem do interior ao contexto moderno em voga nos anos 30. Assim, coube ao agrônomo um papel crucial, uma função civilizatória. Para eles, acabar com a rotina implicava em estabelecer uma mudança cultural, um novo *ethos*, adequado aos novos tempos.

Ao nosso ver, ao defender a aplicação da ciência e da técnica no campo, estes cientistas promoveram a valorização de seu papel social, ao mesmo tempo em que afirmavam sua identidade científica e construía a necessidade de seus serviços na sociedade.

Para melhor compreensão dos discursos produzidos pelos colaboradores da revista *O Campo* delineamos suas características por meio de sua formação acadêmica. Isto porque, ao nosso ver, a formação escolar e a profissão puderam, em alguma medida, elucidar o discurso construído no periódico. Assim, o *habitus* adquirido nas duas escolas agrícolas citadas no capítulo três, ESALQ e ESAMV, apontaram para a matriz discursiva de implementação de projetos modernizadores no campo. Oriundos de escolas agrícolas diferentes os agrônomos partilhavam da mesma concepção de integração do sertão à nação, mas o que os distinguiu era seu *habitus* em relação à construção dos projetos modernizadores.

Enquanto os esalquianos enfatizavam a aplicação de novas tecnologias às culturas agrícolas (um papel exercido pelo agrônomo), os esamvianos davam muito peso também para as mudanças culturais que poderiam ser operadas por técnicos do governo (engenheiro agrônomo).

No entanto, nos dois casos, identificamos que o ideário moderno proposto para o sertão envolvia a educação e a valorização de uma nova ética de trabalho. Assim, as propostas de saneamento rural, de educação como meio de incorporação do caipira e de maior atuação do poder público nas áreas do interior do país permeou a agenda do grupo de cientistas que divulgavam artigos na revista *O Campo*. Tentamos mostrar que o Estado foi considerado um elemento importante para efetivação do projeto de integração do sertão à nação.

Nossa intenção foi demonstrar, por intermédio da análise dos artigos do *O Campo*, que o processo de transformação do mundo rural através da mudança de *ethos* teve por base a percepção de que a tradição colonial associada ao abandono e à falta de saneamento da população do sertão não poderiam propiciar uma ética do trabalho. E, desse ponto de vista, acreditamos que, para os articulistas do *O Campo*, a ciência tinha mais que um papel civilizador, ela tinha uma missão pedagógica.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que certamente o projeto do grupo de cientistas que divulgou seus artigos na revista *O Campo* era revolucionário, ao menos na medida em que almejava, a partir da ciência, imprimir uma mudança cultural ao homem do interior. Este era o núcleo central de suas propostas. Por tudo o que vimos, não podemos negar seu caráter inovador para a década de 1930. Não se trata aqui de colocar estes cientistas num pedestal e nem de afirmar que essas propostas foram harmoniosamente aceitas. O nosso exercício acadêmico foi o de procurar entender as propostas destes atores dentro da rede de relações tecidas no contexto em que viveram. Assim,

independente do plano de renovação ter se realizado efetivamente, importa dizer que alcançou uma força simbólica — insinuada desde o movimento de (re)descobrimto dos sertões — capaz de estimular debates, provocar polêmicas e até mesmo consolidar idéias acerca do sertão brasileiro.

5 Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, 1998.
- ALVES, José Jerônimo. As Ciências na Academia e as Expectativas de Progresso e Modernização: Brasil 1916-1929. in: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. p. 13-22
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BANTON, M. cap. 1 -A herança intelectual; cap 2- A racialização do ocidente; cap 3- A racialização do mundo. In *A idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. Campo Intelectual e projecto creador. In: *Problemas Del Estructuralismo*. 3. ed. México: Siglo Vientuno, 1969.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Os padrões de desenvolvimento institucional da ciência no país. In: *Ciência na Periferia: a Luz Síncronon Brasileira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o Caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Ed. 34, 2001.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Memória Intelectual da*

Educação Brasileira. 2ª ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série Memória).

CHARTIER, Roger. *A História Cultural - Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões. Campanha de Canudos*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DANTES, Maria Amélia M. (org.). Introdução: Uma história institucional das ciências no Brasil. In: *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. p. 13-22

Institutos de Pesquisa Científica no Brasil.
In: FERRI, Mario Guimarães & Motonhama, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: ERU, vol. 3, 1981. 343-379

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. DIFEL: Rio de Janeiro, 14ª edição, 1984.

FERNANDES, Ana Maria. Os Cientistas e o Estado no Brasil. In: *A construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Rio de Janeiro: Editora UNB, 1990.

FERREIRA, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o Periódico Médico Brasileiro da Primeira Metade do Século XIX*. 1996. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1996.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil. In: *Asclépio - Revista de História de la Medicina y de la Ciencia*. Madrid, V. L, fasc.2, 1998. p. 107-123.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978

- FRY, Peter. Politics, Nationality, and the Meanings of “Race” in Brazil. *Daedalus, Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, 2000. (p. 83-118)
- HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, julho 1998. Suplemento, p. 217-235.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Cobra de Vidro*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado, 1978. p. 23-27: Considerações sobre o americanismo.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- KNORR-CETINA, Karin D. Comunidades científicas o arenas transepistémicas de investigação? Uma crítica de los modelos cuasi-económicos de la ciência. *REDES*, vol III, n. 7, Set. 1996, p. 129-160.
- LE GOFF, Jacques. Antigo/ Moderno. In *Enciclopédia Einaud*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 2.ed. revista, refundida e ampliada. São Paulo: livraria Pioneira, 1969.
- LEVINE, Roberto M. *O Sertão Prometido: Massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LIMA, J. Pinto. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*. Rio de Janeiro: ABCAR, 196.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.
- LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor & VENTURA, Ricardo (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. Obras Completas de Monteiro Lobato, 1ª série, literatura geral, 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MENDONÇA, Sônia Regina . *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997
- MERTON, Robert K. & Zuckerman, Harriet. Pautas Institucionalizadas de La Evaluacion en La Ciencia. *Minerva* 9, nº 1: 66-100, 1971
- MOREL, Regina Lucia Moraes. A Política Científica no Brasil. In: *Ciência e Estado. A Política Científica no Brasil*. São Paulo: T.C. Queiroz, 1979. p.23-71
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. 1991. Tese de Doutorado. Departamento de Educação da PUC- Rio. Rio de Janeiro: 1991.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi (coord.) *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A Conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, Julho 1998. Suplemento, p. 195-215
- PÉCAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- QUEDA, Oriowaldo & Tamás Szmrecsányi. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo, editora Nacional, 1972.p. 268-289

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do rural e do urbano no Brasil. In QUEDA, Oriowaldo & Tamás Szmrecsányi (orgs). *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- REIS, Elisa. Brasil: Cem Anos de Questão Agrária. In: *Revista Dados*, vol 32, nº 3, 1989.
- _____. Elites Agrárias, State- Building e Autoritarismo. In *Revista Dados*, Vol 25, nº3, 1982.
- SCHWARTZMAN. Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- _____. Por uma Universidade no Rio de Janeiro. In: *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPQ, 1982. P. 17-96
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- STEPAN, Nancy. Eugenics in Brazil 1917-1940. In *The Welborn Science – Eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. Edited by Mark B. Adams. New York – Oxford University Press, 1990.
- TODOROV, T. A raça e o racismo. In: *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- VASCONCELOS, Francisco de Assis. *Como nasceram meus anjos brancos: a constituição do campo da nutrição em Saúde Pública em Pernambuco*. 1999. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1999.
- VESSURI, Hebe Maria. La Revista científica Periférica. El Caso de Acta Científica Venezolana. In *Interciencia*. May-June 1987, vol. 12 nº 3. p. 124

Una Estrategia de Publicacion Cientifica para La Fisiologia Latinoamericana: Acta Physiologica Latinoamericana, 1950-1971. In: *Interciência*, JAN/FEV, 1989, vol. 14 n° 1

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEGNER, Robert. Sertões Desvendados. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 43, n° 3, 2000.

WERNECK VIANNA, Luiz. A Institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ/UCAM, 1997.

ZILLY, Berthold. Sertão e Nacionalidade: formação étnica e civilizatória no Brasil segundo Euclides da Cunha. In: *Estudos - Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n° 12, Abril 1999.

APÊNDICE



A terra é boa - mas o dono é doente

"Em se plantando nella tudo dá"...

MAS, deprimido pelas verminoses e a opilação muitas vezes, o homem do campo não vê a uberdade da terra, fresca e acolhedora, a convidal-o para o justo aberto da celta.

Soltrendo, em geral, de dores na "bocca do estomago", prisão de ventre, cansaco, tonterias, inchação dos pés e das pernas, embora dono de grandes extensões de terra, sente-se sem coragem para explorar o thesouro que possui. Abandona, então, o campo e vai para as cidades em busca de minguados empregos ou deixa-se morrer lentamente na mais secura miséria, sem coragem para reagir.

E a família toda sofre: as crianças, barrigudas, tem sempre diarreias, convulsões, emmagrecem ou ficam inchadas, perdem o appetite ou tem uma fome devoradora, com vontade de comer a terra.

No entanto, basta um tratamento energico com o FERROVIGON, remedio eficaz para a cura do amarellão, das verminoses e da opilação, tonico dos fracos e anemico, recalcificante poderoso, optimo nos casos de rachitismo, convalescência e molestias graves. Va, agora, a sua pharmacia e compre um vidro de FERROVIGON.

Ferrovigon *combate* **Amarellão**
Opilação



FIGURA 1 – *O Campo*, Maio, 1932: 60

A imagem simbólica acerca do ambiente em que o homem do interior vivia era constantemente retratada nas páginas da revista. Diante desse quadro geral, as concepções acerca da higiene e da educação se constituíam em matrizes discursivas com o objetivo de educar e informar o homem do interior.



FIGURA 2 – *O Campo*, Julho, 1935: 47

Esta figura o retrata os ensinamentos do Jeca aos seus vizinhos. A idéia de construção desta imagem simbólica amparava o princípio da mudança cultural.

MAQUINAS AGRICOLAS



Tractor de rodas a óleo cru



Ceifadeira-Aladeira para Tractor

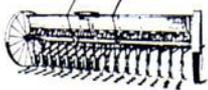


Tractor de esteiras a óleo cru

Acompanhe o passo do progresso!



Arado de 4 discos para Tractor



Semeadeira para Trigo



Semeadeira para Arroz



Segadeira para tracção animal



Cultivador para um animal

Productos agrícolas de superior qualidade encontram nos mercados melhores preços e mais fácil collocação do que productos mediocres. A colheita de excellentes productos depende, em grande parte, do preparo do solo e de outros trabalhos subsequentes como capinação, etc., cuja perfeita e eficiente execução requer o emprego de machinas agrícolas.

Guie-se pelo exemplo de milhões de agricultores prosperos e faça questão de empregar machinas agrícolas da marca International. São de extraordinaria resistencia e reconhecida durabilidade. A International Harvester Company tem mais de cem annos de experiencia em fabricaçãõ de machinas agrícolas e assegura para as suas machinas o mais completo stock de peças sobressalentes existente no Brasil.



Arado de Disco reversivel Chattanooga



Arado reversivel "Chattanooga" N. 210



Arado reversivel "Chattanooga" N. 57



Plantadeira para milho, feijão, arroz, etc.



Arado de Disco com carrinho

INTERNATIONAL HARVESTER EXPORT COMPANY
 RIO DE JANEIRO SÃO PAULO
 AV. OSWALDO CRUZ, 87 R. Brigadeiro Tobias, Esquina
 R. Washington Luiz



Moinho para fubá GYRO



Desnatadeira com rolamentos de esferas



Motor a Kerosene



Desintegrador para milho



Debuidor todo de aço para milho

INTERNATIONAL

FIGURA 3- *O Campo*, Outubro, 1934: 42

A crença na razão técnica, como fonte de lucro e poupadora do trabalho do agricultor, sugeria transformações no meio agrícola.



E L L A :

Que kerosene é este, querido?
Parece, até, que temos luz electrica,
tão clara é a chamma e tão puro
está o ambiente !

E L L E :

Já se vê que estás ha pouco tempo
no interior, meu bem. Aqui, todo
o mundo sabe que o kerosene que
possue estas qualidades é o "AU-
RORA". E foi bom perguntares, para
saber que a marca "AURORA"
deve ser sempre exigida do for-
necedor.

KEROSENE

AURORA
PRODUCTO DA
ANGLO-MEXICAN PETROLEUM COMPANY LTD.

FIGURA 4- *O Campo*, Abril, 1936: 24

A imagem é uma outra forma de ler. Acreditamos que a dimensão simbólica desta figura era divulgar a idéia do interior integrado aos preceitos modernos em voga nos anos 1930.